



## **MUNICÍPIO DE AVEIRO** **Assembleia Municipal**

### **ACTA N.º 7**

*Sessão Ordinária de Abril*

*3.ª Reunião de 98-05-04*

Aos quatro dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Élio Manuel Delgado da Maia e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais Libério da Silva Santos, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino e Estevão de Sousa Rosas.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais: Manuel Simões Madaíl, Lucas Amaro Rodrigues e Raúl Ventura Martins, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

De seguida, a pedido do Vogal Nuno Tavares, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberto um pequeno período com o limite máximo de trinta minutos, para intervenções de tonalidade antes da ordem do dia.

Vogal Nuno Tavares:

*" Muito Obrigado Sr. Presidente. Eu pedi o uso da palavra a V. Ex.a ao abrigo do disposto das alíneas a) e l) do artº 35º do regimento.*

*Sr. Presidente*

*Senhores Deputados*

*Acreditando exprimir um sentimento e um desejo comuns a todos os elementos desta Assembleia - e que era oportuno fazê-lo, na semana que antecedia as 3 últimas jornadas do Campeonato de futebol da Divisão de Honra - quis deixar, na reunião de 28 de Abril, uma nota de sentido regozijo pela magnífica carreira do Sport Clube Beira Mar - o mais credenciado representante do concelho, no actual panorama desportivo nacional - augurando com a mesma sinceridade a merecidíssima promoção ao escalão maior do futebol português.*

*É que, para além do mais - e do ponto de vista que sempre defendi - o êxito do SCBM constitui o exemplo indesmentível de que as megalomanias são perfeitamente dispensáveis e se pagam, por via de regra, muito caro. No Beira Mar assim aconteceu, em anos não muito recuados - e, para o facto, oportuna e antecipadamente, chamei a devida atenção, no seio da Câmara delegada, a que então pertencia.*

*O êxito de uma Instituição como o SCBM passa, necessariamente, antes de mais, pela definição de um projecto. Depois, pelo trabalho rigoroso, consequente e dedicado dos responsáveis, a todos os níveis; pelo brio, pela humildade e pelo empenhamento dos atletas; pela dedicação da massa associativa; e pelo apoio significativo, mas com prioridades e objectivos bem definidos, da autarquia e das restantes forças da cidade e da região.*

*Era isto, no fundo o que eu pretendia dizer, chamando a boa atenção desta Câmara para a importância e o significado de um acontecimento que teve, tem e terá - sobretudo no futuro - de mobilizar as energias dos aveirenses.*

*Para minha surpresa, fui na 5ª Feira alertado por Colegas de outras bancadas - com confirmação na Imprensa Regional do dia seguinte - de que a minha intervenção originara uma outra, da parte de um Senhor Deputado do PP, que não tenho a mercê de conhecer pessoalmente.*

*Terei cometido, no juízo do Senhor Deputado Municipal, um crime imperdoável: o de, com igual sinceridade, ao lado do sucesso que desejo ao SCBM, colocar a vontade, o desejo também profundamente sentido da manutenção da "Briosa" na 1ª Divisão Nacional.*

*V. Ex.ª., Senhor Deputado, não entende, não compreende - por incapacidade, porventura congénita (e, quanto a isso, nada posso fazer) - a evidente compatibilidade da minha paixão coimbrã - e então conimbricense! - com a simpatia sincera, mas posterior, pelo SCBM e com o entendimento de que a presença simultânea, no escalão maior do nosso futebol ( realidade cuja força se não pode nem deve ignorar ), da Associação Académica, do Beira Mar, do União de Leiria e - logo que possível, do Académico de Viseu e do Sporting da Covilhã - trará indiscutíveis benefícios à Região Centro. E de que tal poderá ser um contributo importante para se demonstrar que a força das regiões pode manifestar-se para além de quadros e de linhas artificialmente definidos e impostos às populações e às comunidades.*

*Tive o cuidado de, hoje mesmo, ouvir a gravação da referida intervenção. Dela retiro o seguinte:*

*" Concordo que haja pessoas que tentem humilhar-nos, gozar-nos fora da nossa própria casa mas não na nossa própria casa. Penso que fomos gozados na nossa própria casa. Houve um Senhor Deputado que regozijou-se (sic) pela vitória da Académica.*

*Gostaria de dizer que estou empenhado em que a Académica desça de Divisão e se possível se coloque na 3ª. Divisão porque a Académica na 3ª. Divisão é provavelmente o clube que Coimbra merece e justifica.*

*E por consequência gozem connosco mas não na nossa própria casa como aconteceu aqui ontem" (fim de citação).*

*V. Ex., Senhor Deputado, pode proferir as afirmações que muito bem lhe aprouver, a propósito de factos, de acontecimentos, de ideias, sempre susceptíveis de diferentes valorações ou entendimentos e de gerarem saudáveis conflitos de opinião.*

*O que V. Ex., Senhor Deputado, não pode - porque o respeito devido a esta Assembleia e aos Pares de V. Ex., lho não consentem, e eu não lho admito - é colocar, sequer intelectualmente, a questão - quanto mais afirmá-lo, como afirmou - que um membro desta Casa, qualquer que seja a bancada onde se sinta, ouse beliscar a dignidade da Assembleia ou de algum do seus elementos.*

*Em segundo lugar, desprezando a oportunidade da resposta imediata, preferiu V. Ex. conservar a sua indignação 24 horas em banho-maria e proferir as supraditas barbaridades quando eu, por não estar presente, não podia responder-lhe de seguida.*

*V. Ex., na torpeza do insulto, cobardemente acobertado na garantida ausência de contradita, conseguiu a notoriedade da primeira página do jornal, mas pagou-a com a descida ao nível de um carácter de baixa extracção.*

*Mas V. Ex. quis esmerar-se na deselegância ao referir-se em termos surpreendentemente desprimorosos a uma Instituição que, ao longo de quase um século, tem desenvolvido uma obra notabilíssima, reconhecida aos níveis mais relevantes, em diversíssimos domínios da vida da sociedade portuguesa.*

*V. Ex. desconhece, na sua má fé contra a Universidade de Coimbra - que a sua ignorância mais alimenta e confunde - que há "Académicas" em todos os Continentes, em numerosíssimos países; que no ano passado, aquando da subida à 1ª Divisão, foram recebidas mensagens de felicitações de todo o Mundo, como por exemplo até, a de Xanana Gusmão; e que a Associação Académica se não limita a ser um Clube, no sentido corrente da palavra, e muito menos o clube da cidade de Coimbra.*

*A Associação Académica de Coimbra - de Coimbra, porque da Universidade de Coimbra - fixe bem, Sr. Deputado, para não se esquecer!, é uma Instituição respeitabilíssima de âmbito nacional e que goza da afirmada simpatia de qualquer pessoa de bem - das mais variadas preferências clubísticas, quadrantes ideológicos ou estratos sociais.*

*V. Ex. deveria, por último, ter-se lembrado que dificilmente as suas afirmações, no campo desportivo, seriam dissociadas da condição de dirigente do SCBM - que, para sua informação, também fui, na época de 1982/83. E de que poderiam ocasionar situações delicadas no relacionamento entre os dois Clubes e até entre as duas Municipalidades - relacionamento que, por toda a ordem de razões, se deseja profundamente cordial e amistosa.*

*Felizmente que a intervenção de responsáveis, de ambos os lados, se apressou a retirar a V. Ex. toda a credibilidade.*

*Fica, finalmente, V. Ex. a saber - já que estamos nos primeiros meses do actual mandato - que, para além de Valores, de Ideias e de Princípios que tenho por intocáveis - porque eles próprios moldaram a comunidade nacional portuguesa ao longo dos séculos - duas Instituições há que, na minha presença ou com o meu conhecimento, ninguém diminuirá impunemente: a Universidade de Coimbra, referência humanista fundamental para os que a ela, em gerações sucessivas, se acolheram; e a Associação Académica que, ainda criança e, depois, estudante do*

*Liceu, em Lisboa, acompanhava e apoiava com um entusiasmo que nem as minhas próprias raízes poderão, por si sós, explicar.*

*Ficarão, isso sim, as palavras de V. Ex. a ensombrar esta casa, até porque carece V. Ex. de autoridade, moral ou outra, para debitar ensinamentos, ou se considerar exemplo exclusivo de Aveirense.*

*Na vintena de anos que nos separa, V. Ex. é ainda um jovem. Não me pesará a consciência de o não ter alertado a tempo.*

*É que a persistir nas suas afirmações, nas suas divagações e nas suas reacções V. Ex. deixará de ser uma excepção - ainda que uma triste excepção - para se converter numa verdadeira aberração.*

*Nessa altura, deverá V. Ex. tratar-se.*

*Tenho dito."*

Entretanto deram entrada os Vogais Álvaro Patrício do Bem, Manuel Branco Pontes e Rogério Mário Madaíl da Silva.

Presidente da Mesa:

*"Devo advertir o Sr. Deputado Nuno Tavares que não o interrompi para não complicar as coisas, mas acho impróprio que na Assembleia Municipal de Aveiro um deputado diga de outro deputado referência usa expressões torpeza e carácter de baixa extracção. As palavras têm os seus significados, não há aqui dicionário, mas todos nós devemos entender que são palavras excessivamente agressivas e impróprias de serem usadas neste parlamento. Senão qualquer dia em casos igualmente emocionais, corremos o risco de nos agredirmos, o que é mau para a democracia e mau para os estilos aveirenses que passam também por algum vernáculo no português usado."*

Vogal Nuno Tavares:

*"Peço desculpa ao Sr. Presidente e a todos os elementos desta casa, mas a minha indignação não podia resultar num doseamento mais doce."*

Vogal Jorge Arroiteia:

*"Sr. Presidente, Srs. Deputados, como foi do vosso conhecimento, decorreu no passado fim-de-semana em algumas cidades do país uma recolha de géneros alimentares destinados ao Banco Alimentar Contra a Fome. Iniciativas desta natureza, para além de nos recordarem a persistência das desigualdades sociais que ainda caracterizam a sociedade portuguesa, servem-nos igualmente para pôr à prova o espírito de solidariedade que perdura entre nós. Tendo a cidade de Aveiro inaugurado há algum tempo o seu Banco Alimentar Contra a Fome e perante a dimensão de recolha de géneros efectuada nesta cidade, bem como em Águeda, em Ílhavo e em Estarreja, sentimos necessidade de expressar o nosso reconhecimento, não só aos munícipes de Aveiro que colaboraram nesta iniciativa, mas ainda a todos os que tornaram possível o lançamento da campanha nos passados dia 2 e 3 de Maio a favor do Banco Alimentar de Aveiro. Gostaríamos de destacar neste rol a população destes quatrocentos urbanos, bem como os voluntários que se entregaram àquela tarefa, às entidades promotoras e à Direcção do Banco Alimentar e ainda à Câmara Municipal de Aveiro pelas instalações físicas que se deu para o funcionamento desta instituição privada de solidariedade social."*

Vogal António Vinagre:

*" Sr. Presidente era só para chamar à atenção ao Executivo camarário que ontem esteve presente na nossa cidade uma caravana do STAP que anda pelo país a fazer a divulgação acerca do recenseamento eleitoral, com o representante do Ministério da Administração Interna. O Executivo camarário tomou conhecimento desta acção através de uma circular emitida pelo Ministério da Administração interna, onde se combinava o local e o modo como o representante do Ministério entrava em contacto com a Câmara para lhe serem facultados todos os materiais para que pudessem instalar a caravana nesta cidade. Foi-lhe dito no dia anterior que ao chegar a esta cidade (e eu quero lembrar aos presentes que ontem foi domingo) deveria entrar em contacto com a Câmara, onde faria uma ligação à extensão 156 onde estaria alguém para lhe facultar o material para desenvolver a sua acção. Obviamente não estava ninguém.*

*Eu queria só referir que no dia 01/05, feriado, sexta-feira, este representante do Ministério da Administração Interna esteve em Mangualde, foi recebido pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador; no dia 02/05 esteve em Alcácer do Sal, onde foi recebido pelo respectivo Vereador.*

*Este Senhor, o representante do Ministério da Administração Interna, para desenvolver o sua actividade ali na Praça do Milenário teve que recorrer aos serviços de um estabelecimento comercial, mais propriamente, teve que "requisitar" energia eléctrica a um estabelecimento comercial."*

**Vogal Capão Filipe:**

*" Perdemos cerca de quatro minutos ou talvez mais na discussão de um assunto que não mereceria sequer ser colocado a esta Assembleia. Evocou-se uma afirmação que constituiu uma figura de estilo na retórica política que eu realizei em termos de afirmação de Aveiro com a mudança da sua atitude psicológica em relação a assumir determinado tipo de simbologia, designadamente, os seus símbolos de Aveiro. E rigorosamente não tinha nada a ver nem com a vertente desportiva nem com a vertente pessoal, isto é, foi dado um exemplo citado por alguém e eu posso confessar que esse alguém desconhecia, disseram-me à posteriori quem teria referido essa frase, o Sr. Deputado que referiu essa frase eu não me cruzava há muitos anos nem o julgava sequer para essas bandas, portanto, soube à posteriori da sua existência nessa bancada, portanto não teve rigorosamente nada a ver nem com a questão desportiva, nem com a questão pessoal. O que se pretendeu unicamente afirmar foi e será uma questão, uma vez que houve consulta às actas, de afirmação de uma atitude psicológica de nós, cidadãos aveirenses, em relação aos símbolos de Aveiro. Aliás, pela primeira vez vou falar na vertente desportiva e na vertente desportiva e exclusivamente nesta, a Académica merece-me todo o respeito que qualquer clube desportivo neste país me merece. E até lhe digo mais, desejo que a Académica se mantenha na 1ª Divisão e desejo, quanto mais não seja por esta convicção, porque também estou desejado que o Beira Mar suba à 1ª Divisão e que me dê a alegria de garantir seis pontos em confronto com a Académica.*

*O terceiro ponto que eu refiro é que ao contrário da confusão lançada em vários sítios, em resumo não tem nada a ver com a vertente desportiva, não tem nada a ver com a vertente pessoal de citação. Eu próprio poderia ter citado um segundo clube e referir-me a mim próprio, dizendo que não era essa atitude; que deveríamos estar perante Aveiro e perante esta Assembleia. Não tem nada a ver com o clube; não tem nada a ver com a pessoa que o disse porque volto a referir que só o soube à posteriori.*

*Mas de qualquer dos modos, aquilo que se verifica é o seguinte: houve toda esta confusão e ainda bem que a houve. Apesar da montanha ter parido um rato, ainda bem que a houve. E porquê? Porque concedeu-me um grande grau de tristeza. E um grande grau de tristeza em que aspecto? Aveiro tem ficado sistematicamente na 3ª divisão; no Instituto de cerâmica e vidro nem ficámos em divisão nenhuma; na sedeação de estruturas de poder central que mereceríamos a 1ª divisão, ficámos na 3ª divisão; em estruturas de saúde nem na 3ª divisão ficámos, nem nos regionais, ficámos nos sub-regionais; nas auto-estradas que deveriam servir a entrada principal do país, ficámos com o cemitério da IP5, quando outros já garantiram auto-estradas de 1ª divisão; na orquestra e no parque de diversões, conseguimos a 1ª divisão, depois derrotámos alguém que o queria, porque senão ficaríamos na 3ª divisão; e em outras muitas coisas ficámos na 3ª divisão. E de repente, por uma figura de estilo vejo aqui um recurso e eu gostaria que tivesse ocorrido esse recurso em situações anteriores de metade da intensidade daquilo que ocorreu em relação a uma figura de estilo. Com isto, o que é que pretendo, meu senhores? O que pretendo, é o seguinte: é que de fraquezas e de resignações não se fará o destino de Aveiro e Deus ajude este Deputado e todos nós a merecer Aveiro.*

*E mais, digo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para prosseguir com Aveiro, não perder mais tempo com isto. E ao prosseguir com Aveiro, permita-me uma nota de roda pé: Torriense 01 - Beira Mar 02 - Aveiro Basquete, meia final da liga de basquetebol; Machado com o record nacional de lançamento. Percebam esta simbologia."*

Presidente da Câmara:

*"Muito rapidamente só para dizer que não tenho conhecimento do que se passou com esta delegação do STAP e que vou imediatamente averiguar. De facto, acho a situação muito estranha, vou averiguar e ver o que é que se passou."*

Vogal Jorge Nascimento:

*"Sr. Presidente, eu falo em nome da bancada do CDS/PP só para fazer esta declaração: fiquei muito satisfeito com esta intervenção do Dr. Capão Filipe, porque eu já tinha feito no próprio dia esta interpretação da intervenção que mereceu agora natural contestação. Penso que a intervenção do Dr. Capão Filipe não foi compreendida, porque na verdade eu entendia como uma intervenção simbólica. Não passa pela ideia de ninguém que fosse prazer do Dr. Capão Filipe a Académica descer à 3ª Divisão. O que o Dr. Capão Filipe utilizou foi uma intervenção meramente simbólica. Nós de facto, temos assistido ao longo dos anos a uma disputa entre Coimbra e Aveiro. E não há dúvida nenhuma que Coimbra tem levado a palmo em relação a Aveiro. É bem que se invertam as coisas sem menosprezo por Coimbra. Eu próprio estudei em Coimbra, sou amante de Coimbra, gosto de Coimbra; mas gosto, sinceramente, muito mais de Aveiro. Portanto, foi em nome do Aveirismo que o nosso Presidente da Mesa tão bem tem defendido, foi secundando essas posições verdadeiramente aveirenses que o Dr. Capão Filipe interveio nesta Assembleia. E portanto, é bem que as pessoas também emoldurem o seu espírito à boa compreensão das intervenções. Nem tudo na vida deve ser directo. Muitas vezes o homem exprime-se por símbolos e quantas vezes o faz com a maior sinceridade do que quando o faz directamente."*

Vogal Raúl Martins:

*"É também para uma metáfora de um minuto. De facto o que eu constato é que o PPD/PSD meteu Aveiro na 2ª divisão; o CDS/PP permitiu que Aveiro fosse passado para a 3ª divisão; oxalá que com o PS Aveiro e o Beira Mar passem à primeira divisão."*

Vogal Diogo Machado:

*" Sr. Presidente, muito obrigado. Para que se prossiga com Aveiro, apenas uma constatação. Aquilo que teria que ser entendido como um reparo de consciência foi feito pelas duas partes envolvidas na questão, a discussão apaziguou-se; todos nós estávamos centrados em prosseguir a discussão, inclusivamente o Sr. Presidente da Câmara que muito a deseja, porventura, como nós todos e eis senão quando numa intervenção própria num aparte (portanto microfones desligados), mais uma vez vinda da mesma pessoa, se não consegue distinguir aquilo que são posições de Aveiro e com Aveiro, do que são posições político-partidárias puras e simples. Descabida que foi esta intervenção, esta minha que poderão classificá-la da mesma forma é apenas e só para que fique constado em acta que nós da bancada do PP repudiamos este tipo de intervenções. É evidente que por Aveiro, todos juntos, independentemente dos partidos."*

De imediato o Sr. Presidente da Mesa deu início ao período da ordem do dia.

## **PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

Presidente da Câmara:

*"Como a comunicação já foi distribuída há alguns dias, para que pudéssemos ganhar algum tempo eu sugeria que se tivessem questões para colocar sobre a comunicação, certamente que estarei à vossa disposição. Mas, caso assim não acontecesse poderíamos passar ao ponto seguinte. Penso que já todos tiveram a oportunidade de a ler. Se fizerem questão que eu a faça oralmente também terei muito gosto nisso, mas penso que era a forma de ganharmos algum tempo."*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*"Eu queria só dizer da nossa parte, em virtude de termos recebido já há uns dias a comunicação do Sr. Presidente da Câmara, eu francamente gostaria muito mais de passarmos já à discussão, às dúvidas que suscitem este documento e não estarmos outra vez aqui a fazer uma revisão. Parece-me que a metodologia me parece correcta. Portanto, se passarmos a essa metodologia eu inscrevo-me já, se não aguardo."*

Vogal Diogo Machado:

*" Se o Sr. Presidente adoptar a metodologia que tem adoptado na condução dos trabalhos e se bastar uma voz discordante, essa voz é minha. Porque nós também recebemos a comunicação há tempo suficiente para a estudarmos, creio que todos o fizemos e exactamente por causa disso é que agora, porque algumas dúvidas se levantaram, algumas pertinentes outras não, para que se possam clarificar as águas (e eu entendo que isso é necessário) eu pela minha parte e em meu nome individual requeiro ao Sr. Presidente da Mesa que peça ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma exposição oral acerca desta comunicação que dirigiu à Assembleia por forma a*

*que, no caso das dúvidas não serem pertinentes, com essa mesma exposição oral, ficam antecipadas.”*

Presidente da Mesa:

*"O seu ponto de vista tem pertinência quanto ao rigorismo legal que tem que ser observado desde que haja uma voz qualquer discordante. Agora, o Presidente da Câmara diz que reproduz a sua intervenção no texto que distribuiu, está escrito, toda a gente o leu. Agora, não podemos é passar ao ponto seguinte (pareceu-me que na intervenção do Dr. Alberto Souto isso foi sugerido) sem haver debate sobre o ponto nº 1, ou seja, sobre a comunicação de que fomos informados por escrito. E abrir-se-á inscrições para esse debate oral sobre um texto escrito que o Presidente da Câmara deu por produzido, é a minha interpretação.*

*Sobre esse texto escrito, queria fazer uma pequena correcção, que é esta: No penúltimo parágrafo há aqui uma referência à minha pessoa que lida a correr pode deixar a ideia de que foi por intervenção minha que Aveiro foi agraciado com a ordem da liberdade. O que acontece é que as comemorações dos 25 anos do 3º Congresso da Oposição Democrática foram de iniciativa de uma Comissão de que faziam parte seis membros, exactamente os que sobreviveram à Comissão Executiva do Congresso (três, infelizmente, já faleceram : João Sarabando, Álvaro Neves e Manuel Andrade). Devo distinguir, tal como já tinha acontecido no próprio 3º Congresso, o Dr. António Neto Brandão foi quem coordenou os trabalhos e portanto, efectivamente quem entrou em contacto com a Presidência da República fui eu, mas apenas em nome desse colectivo. É uma ressalva correcta porque o que vem aqui é me excessivamente favorável e em contrapartida, parece desvanecer um pouco o papel dos outros elementos da Comissão que foi tão importante ou mais do que o meu.*

*Posto isto, sobre este ponto da ordem de trabalhos, sobre a comunicação do Presidente da Câmara, se houver inscrições, façam favor."*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*"Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para dizer o seguinte: Primeiro lugar, há vários aspectos relacionados com esta comunicação que de alguma forma são enunciados de pontos que fazem parte da ordem de trabalhos. Como tal, não valerá a pena de facto, irmos agora debatê-los. Mas no entanto há aqui um que por me suscitar logo uma dúvida à partida, eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara fizesse o favor de me esclarecer, que é o seguinte: Na página 02, no último parágrafo e a propósito da aquisição pela Câmara do Teatro Aveirense, fala-se de "... adquirir a totalidade do capital social da Sociedade do Teatro Aveirense ...". Isso será discutido na altura, mas no entanto, em reunião extraordinária do dia 09 de Março de 1998, diz-se aqui : Mais informou que neste momento é já possível adquirir 80 % do capital social.*

*Nessa altura era já possível. O que eu pergunto é se agora já é possível os 100% ? É uma dúvida que eu queria deixar expressa.*

*Por outro lado, na página 08 temos uma referência à constituição de um grupo de trabalho para implantar o nosso desejo de ver criada uma faculdade de medicina em Aveiro. Eu lembro que na altura foi dito que a metodologia proposta por esta bancada, por mim nomeadamente, seria um processo que iria conduzir a um debate tão prolongado que nunca mais chegaríamos ao fim. Votámos na última reunião um louvor a uma proposta que foi a um despacho da Universidade de Aveiro, em que se demonstra que é possível seguir a metodologia por nós proposta e marcar prazos. Esse grupo de trabalho tinha que ter resultados no dia 30 de Abril. E contrariamente*



*a algumas interpretações que foram feitas, esta bancada nunca se opôs ao desejo de ver aqui criado uma Faculdade de Medicina como foi sugerida pelo Sr. Dr. Capão Filipe, simplesmente achámos que a metodologia não era a mais própria. Era preciso, para credibilizar este nosso desejo que se criasse muito rapidamente um grupo de trabalho. Ora, o que eu verifico é que esse grupo de trabalho foi criado, mas de facto, estamos ainda à espera da nomeação de alguém desta Assembleia (creio que não estamos a andar depressa) e assim o que vai resultar de facto, era aquilo de que acusavam esta bancada, mas não por culpa nossa. Há outra coisa aqui, é que foi deliberado aguardar uma metodologia a seguir a apresentar pela Universidade de Aveiro. Atenção, que nós próprios já tínhamos definido uma metodologia.*

*Finalmente, tenho o seguinte: Verificámos que devido a uma interpretação do nosso regulamento, não foi possível, antes do período da ordem do dia, votarmos uma proposta que foi feita por outra bancada e que se referia a algo que é referido pelo Sr. Presidente da Câmara e que se refere concretamente ao facto da cidade de Aveiro ter sido agraciada pelo Sr. Presidente da República com as insígnias da ordem da liberdade. Como agora, sim, estamos a tratar de um assunto que já está inscrito na ordem do dia, eu gostaria de apresentar uma proposta e como essa proposta foi redigida pelo Dr. Jorge Arroiteia, eu solicitava-lhe que ele fizesse o favor de ler e depois eu gostaria de continuar depois dele a ler."*

**Vogal Jorge Arroiteia:**

*" Por imposição da interpretação do Regulamento desta Assembleia, não foi possível apreciar na última sessão, no período antes da ordem do dia, uma proposta apresentada por outra bancada desta Assembleia Municipal acerca da atribuição à cidade de Aveiro da Ordem da Liberdade, agraciação concedida por S. Ex.a o Sr. Presidente da República.*

*Não pode a bancada do PSD ficar indiferente à honra que S. Ex.a o Sr. Presidente da República concedeu a esta cidade nem deixar de enaltecer a acção dos aveirenses e de todos os portugueses que, conjuntamente com muitos outros cidadãos lutaram pelas liberdades cívicas e políticas.*

*Por isso a bancada do PSD congratula-se com aquela condecoração sugerindo que a deliberação desta Assembleia seja transmitida a S. Ex.a o Sr. Presidente da República."*

**Vogal Britaldo Rodrigues:**

*"Se me permite e continuando com esta apresentação que acaba de ser feita, eu queria destacar o seguinte: é que esta proposta se trata não só homenagear os actos e os autores do passado, mas de os invocar para os ter sempre presentes como exemplo.*

*Eu estou actualmente a participar no seminário internacional Europa e Cultura que se está a efectivar na Fundação Calouste Gulbenkian. Participação que interrompi, pois me cumpre estar aqui hoje presente. Da parte da manhã tomei nota de algumas afirmações lá produzidas e que me parece oportuno reproduzir:*

*Para o Sr. Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, está-se a produzir uma cisão na Europa entre os que interpretam e os que utilizam, ou seja, entre os que sabem e os que não sabem. Ora, segundo o Sr. Dr. Jorge Sampaio só haverá cultura europeia acabando com esta cisão através da intercomunicação. E por isso, na passada quarta-feira propusemos que se discutisse a criação da Academia das Ciências de Aveiro.*

*Para o Dr. Mário Soares a evolução europeia permitiu passar-se do escravo e servo ao súbdito; e com a Revolução Francesa do súbdito ao cidadão. Mas esta evolução tem tido de vez em quando algumas situações retrógradas, é que muitas vezes passou-se a ter estados totalitários e passámos a dizer: Tudo pelo estado, nada contra o estado; ou na versão portuguesa: Tudo pela Nação, nada contra a Nação. O que significa de alguma forma voltarmos ao estado súbditos.*

*Nesta perspectiva tudo o que seja, portanto, a negação de uma afirmação cultural, é contra a cidadania. Não há súbditos em democracia, então há que abrir todas as normas, todas as regras para a expressão livre dos cidadãos, para a afirmação livre da sua cultura. E não foi isto que se verificou na última reunião nesta Assembleia. Apresentou-se para já uma interpretação do regulamento em que a constituição de um grupo de trabalho para se deliberar sobre um assunto foi considerado uma deliberação. E isso foi aproveitado por um membro desta Assembleia para impedir a criação de um grupo de trabalho para algo que é importante na perspectiva de uma afirmação cultural, que é uma afirmação de liberdade.*

*Para o Sr. Dr. Mário Soares, quando certos valores inerentes ao homem são tocados, deve existir não só o direito à indignação, mas também se perfila agora, segundo ele, o direito à ingerência, mesmo entre estados.*

*Eu creio que o direito à ingerência pode legitimar a revolução e eu espero que aqui as práticas do PS não exijam uma revolução nesta Assembleia.*

*À nossa proposta de acção correspondeu uma reacção e nós lamentamos atitudes reaccionárias que aqui foram apresentadas na passada quarta-feira.*

*E para terminar refiro uma citação do Professor Freitas do Amaral, que também ele escolheu hoje na sua comunicação neste seminário, foi escrita por Péricles e relacionava-se com Atenas, cidade livre e aberta. Dizia-se: "Não afastemos ninguém de quem quer participar num conhecimento".*

*Ora, as atitudes que verificámos aqui por membros do PS nesta Assembleia, orientam-nos para mergulhar num Aveiro fechado e não num Aveiro aberto como Atenas. Temos pois, de nos preparar para usufruir do nosso direito à indignação e se for caso disso, o direito à ingerência. A nossa proposta concreta refere-se não só ao passado, mas uma exigência de respeitar uma herança para o futuro.*

*(...) do que conduziu à terceira reunião do Congresso de Aveiro, alguém dizia que de facto, alguém tinha existido nesse grupo poderia não ser um verdadeiro democrata, porque queria aproveitar a oportunidade para introduzir novo tipo de totalitarismo. Eu quero dizer que aqui quando falamos de democratas, são democratas. Temos que falar em democratas verdadeiros, mas não vale a pena porque é pleonasma. Referimo-nos só aos democratas."*

Presidente da Mesa:

*" Realmente com essas situações latinas e gregas, chega-se à conclusão que há muitos séculos que o homem pouco inventa. Por exemplo, tem-se inventado maneiras ínvias de tornear a legalidade. O que se passou aqui na outra reunião, foi porventura um excesso de legalidade, mas de legalidade.*

*Quanto ao problema da Academia de Ciências, já me comprometi a consultar a Mesa no sentido do tópico ser agendado oportunamente em reunião plenária para poder ser delineamente discutido e decidido.*

*Quanto à proposta sobre o agraciamento de Aveiro com a ordem de liberdade, fica com validade e valimento apenas a iniciativa do PSD, que já secundou de algum modo a do PS, mas a Mesa não pode aceitar a proposta por não ter manifestamente cabimento neste período em debate. A menos que a propósito das guerras pérsicas se*

*discutam as púnicas, o que comigo a presidir, só se eu estiver distraído ou excessivamente tolerante é que passará.”*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*"Sr. Presidente, só um momento. É que de facto, falou de agendar este assunto para uma próxima reunião, eventualmente. E como estamos a falar dos clássicos, eu só agradeceria que isso não fosse para as calendas gregas.*

*E finalmente queria só dizer, é uma interpretação que é dada à Mesa de esta nossa proposta não poder ser aceite por não estar na ordem do dia. Eu creio que foi posta na ordem do dia pela apresentação que foi feita pelo Sr. Presidente. E se efectivamente o Sr. Presidente não concorda, eu creio, é uma figura regimental que eu posso usar, que é o artº 43 do Regimento e recorrer para a Assembleia para que isto seja considerado."*

Presidente da Mesa:

*"Pode naturalmente. Eu apenas me limitei a dizer que a Mesa não tinha recebido essa proposta. Mas se quer recorrer, o recurso é imediato sem mais intervenções."*

Vogal Filipe Brandão:

*"Sr. Presidente, quanto ao mérito do recurso e penso que o Professor Britaldo não persistirá na interpretação que V. Ex.a dá. E estou particularmente à vontade porque como sabe fui o primeiro subscritor da moção que está depositada na Mesa. De facto, tendo colhimento a interpretação que a Mesa deu de que não podem ser votadas antes da ordem do dia quaisquer deliberações havendo a oposição de quem quer que seja, só poderão ser conseqüentemente votadas moções incluídas em pontos da ordem do dia. Manifestamente o ponto da comunicação do Presidente é insusceptível de ser incluído, encavalitado com qualquer proposta que não a própria comunicação do Presidente. Assim sendo e foi essa a comunicação que eu transmiti à Mesa, gostaria que a proposta que a bancada do PS apresentou seja em conformidade incluída numa futura ordem de trabalhos de uma reunião subsequente à Assembleia. Agora, manifestamente eu penso que V. Ex.a, Professor Britaldo Rodrigues, não me obrigará a votar contra, atento o teor da moção, à sua admissão mas manifestamente entendo que ela não tem cabimento neste ponto da ordem de trabalhos e conseqüentemente na ordem do dia, porque a ordem do dia só pode ser alterada numa assembleia universal, ou seja, teriam que estar presentes todos os membros da Assembleia para alterar a ordem de trabalhos. Manifestamente não estão e, portanto, a ordem do dia não poderá ser alterada."*

Presidente da Mesa:

*"Interrogo a Assembleia desta maneira: Quem é que entende que o recurso apresentado merece provimento, isto é, que neste ponto 1 do período da ordem do dia, aquela proposta de voto pode ser recebida pela Mesa. Quem entende dar provimento ao recurso, que é como quem diz, dar razão ao Dr. Britaldo Rodrigues?"*

Submetida à votação a admissão da proposta, verificou-se a seguinte votação: quinze votos contra (2PP+13PS), treze votos a favor (2PP+11PSD) e oito abstenções (7PP+1PCP).

Vogal António Salavessa:

*"Para que não digam que estou sempre contra, eu queria apoiar a decisão da Mesa e do seu Presidente, no que diz respeito ao entendimento que teve em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, visto que aquilo que a Lei claramente determina é que a Assembleia debate ou aprecie a comunicação escrita. Portanto, será sempre um complemento facultativo a intervenção verbal do Sr. Presidente, mas de facto aquilo que importa é a comunicação escrita. E nesta comunicação escrita estão apresentadas várias questões que serão abordadas noutros pontos da Ordem do Dia, como os armazéns gerais, a revisão orçamental, a aquisição do teatro aveirense. Não vou por isso dizer mais acerca destas matérias, ficam reservadas para o momento adequado.*

*Quanto à municipalização dos canais e começando por me atender às questões referidas na comunicação, ou a propósito delas, começava por destacar esta municipalização e pedia ao Sr. Presidente para descodificar aquilo que escreveu. Explique-me ou explique-nos não apenas qual é a "concretização normativa" que está a aguardar, mas, sobretudo, qual foi o "acordo político conseguido", porque consultando quer as actas da Câmara quer a comunicação à Assembleia não me é possível extrair conclusões acerca desse acordo político, e quais são as consequências que advêm para o Município da eventual municipalização, quais os seus custos, quais as transferências financeiras que estão previstas no acordo.*

*Campeonato do Mundo de Caiaque-Polo. Disse o Sr. Presidente da Câmara no Centro Cultural e de Congressos que " a liberdade de hoje, como ontem, é um combate universal: ganha-se com acções concretas". E entre as acções concretas citou o luto pelo Konis Santana e a solidariedade com a causa do povo mártir de Timor.*

*Por isso, pergunto-lhe Sr. Presidente, se a concordância e o apoio à realização em Aveiro de uma prova desportiva com a mais que provável participação indonésia não é uma quebra objectiva daquela solidariedade por si invocada. E que ninguém venha com o argumento da separação entre política e desporto ( aliás tivemos aqui um triste exemplo no início da Assembleia) porque não posso deixar de lembrar neste caso o boicote imposto à participação desportiva internacional de África do Sul no tempo do "apartheid" e não me venham também com eventuais vantagens ou contrapartidas, pois há coisas que não têm preço.*

*Visita à Grécia por parte de jovens de Aveiro. Sabemos do sucesso que representou a vinda de jovens de Cholargos a Aveiro e a reciprocidade da visita. A única coisa que lamentamos é que a data aceite pela Câmara de Aveiro para a ida dos nossos jovens coincida com uma fase crucial do ano escolar, o que impossibilita a participação de alguns dos mais interessados. Em próximas oportunidades ouçam bem os jovens antes de fixar calendários, porque é impeditivo nesta altura; provas globais, exames finais, uma participação consequente de jovens do ensino secundário.*

*Ordem da Liberdade. As originalidades da Mesa desta Assembleia, e a descoberta fantástica de que a posição contrária de qualquer membro da Assembleia inviabiliza qualquer tomada de posição no período de antes da ordem do dia, impediu que a Assembleia pudesse responder colectivamente ao convite expresso pelo Sr. Presidente da Câmara no parágrafo final da introdução da comunicação. Mas, individualmente, é evidente que me congratulo com a atribuição a Aveiro da Ordem da Liberdade, ao mesmo tempo que espero que esta tenha sido a porta aberta para que outras localidades a possam receber.*

*O destaque ou o significado do momento em que esta honraria foi recebida ou seja a comemoração dos 25 anos do 3º Congresso da Oposição Democrática e saliento que*

*há muito tempo que não se verificava uma tão grande atenção sobre Aveiro, em torno de valores positivos como são a luta pela liberdade e pela justiça social.*

*Foi também importante verificar que finalmente, após 25 anos da realização do 3º Congresso da Oposição Democrática, as instituições do Município assumiram pela primeira vez, como sendo também seu, o valioso património da luta antifascista constituído pela memória dos três Congressos que os oposicionistas ao chamado Estado Novo aqui concretizaram. O facto de ter sido a sede desses Congressos, somado ao envolvimento e participação de muitas figuras ilustres - assim como de cidadãos anónimos - da nossa região, representa uma importante mais valia para o prestígio de Aveiro.*

*A atribuição da Ordem da Liberdade cria novas responsabilidades - há que honrar a ordem honorífica e não comungo da opinião de que esta ordem recaia sobre todos. Recai sobre Aveiro - é certo. Mas não sobre todos os aveirenses. Porque aqui viveram adeptos convictos do regime derrubado a 25 de Abril, porque aqui viveram e vivem serventuários do regime totalitário, nomeadamente membros da polícia política.*

*Sendo de todos esta Ordem é mais de uns do que de outros. É devida de facto aos nossos heróis das lutas liberais do século passado, aos percussores e construtores da República, aos combatentes contra a ditadura. E entre esses combatentes deve ser destacado Mário Sacramento. O destaque a Mário Sacramento é devido não apenas pelo reconhecimento da sua figura de intelectual humanista, mas também por ele ter sido o esteio e a ponte principal entre os comunistas e os democratas de outras tendências, devendo-se em grande parte à sua personalidade a realização e o sucesso dos dois primeiros Congressos, apesar da sua morte antes do início do segundo. E esteve presente no terceiro, como uma evocação permanente e uma referência, nomeadamente na romagem reprimida de 8 de Abril de 1973.*

*Estarão certamente de acordo comigo quando afirmo que, de certo modo esta Ordem da Liberdade é também obra de Mário Sacramento. Por isso o Município deve ter bem presente a sua memória.*

*Por isso, Sr. Presidente da Câmara, aqui vai a pergunta. Qual é o destino que deu a uma petição ou abaixo assinado que lhe foi entregue a 4 de Abril, no Centro Cultural e de Congressos, no qual algumas centenas de alunos, funcionários e professores da Escola Secundária n.º1 solicitavam uma alteração da posição da Câmara Municipal, referente ao nome do patrono proposto pela Escola, Mário Sacramento, nome nunca antes aceite pela Câmara Municipal.*

*Programa Escola Segura. Sobre a aquisição da viatura para uso da PSP no âmbito do programa "escola segura" duas considerações - a primeira meramente formal, mas nem por isso pouco importante.*

*Baseado em que ponto do Plano de Actividades é que a Câmara Municipal decidiu abrir concurso para aquisição de uma viatura que será cedida em regime de comodato à PSP? Procurei e não encontrei.*

*A segunda é de fundo. Sendo a segurança pública claramente uma competência e responsabilidade do poder central a segurança das escolas e as zonas envolventes está aí incluída. Não vejo razão para que seja o município, com tão evidentes dificuldades financeiras a ter que arcar com estas despesas de polícia.*

*Orquestra das Beiras. Porque razão não há qualquer referência na comunicação à Orquestra das Beiras, quando tanto se fala em actividade cultural, em tanto envolvimento do município em tanta coisa mas nada a este respeito. Será para evitar abordar o conflito laboral que se desenvolveu no interior da orquestra e a falta de pagamento daquilo que estava previamente estipulado aos músicos. O que é que se*

*passa neste capítulo. Foi falta de planeamento? As despesas que são maiores? Receitas que não estão concretizadas?*

*O que é que se passa Sr. Presidente?*

*Glicínias. Como é que está, Sr. Presidente, o Plano de Pormenor das Glicínias. Quando é que este assunto vem à Assembleia Municipal. Até porque, segundo consta, já lá decorrem trabalhos, pelo menos trabalhos de sondagens.*

*É que fiquei muito preocupado com o que li na página 15 da Comunicação onde se fala de Loteamento da Vouga-invest nas Glicínias.*

*É que está em vigor um Plano Director Municipal que tem claramente previstos, nas cartas e no Regulamento, quais os PMOT que devem ser realizados. E um deles é o Plano de Pormenor das Glicínias.*

*Ora, enquanto os PMOT têm que ser objecto de discussão na Assembleia Municipal os processos de loteamento não obrigam a tal. Espero que não estejamos perante uma habilidade da Câmara para tentar fugir à competência da Assembleia. É espantoso, é inadmissível que a autorização deste loteamento tenha acontecido a 9 de Dezembro, 3 dias antes das eleições.*

*Em minha opinião a Câmara Municipal deveria suspender este processo e congelá-lo até que aqui venha o Plano de Pormenor das Glicínias, tal como veio o Plano de Pormenor Quinta do Simão Sul. Isto não me parece difícil, visto que no Relatório de Actividades este plano é dado, como já tendo feito a discussão pública e como a Câmara já tendo acolhido as considerações que foram recolhidas durante o período de discussão pública.*

*Redes Europeias. A acta da Câmara de 6 de Abril dá-nos conhecimento de que foi deliberado, por unanimidade, aderir às redes "European Digital Cities" e "Car Free Cities", ou seja, redes europeias de cidades digitais e de cidades livres de automóveis.*

*Queria saber na base de que competência é que a Câmara tomou estas decisões, naturalmente louváveis. Ou não será que a Câmara se está a esquecer que, tratando-se estas redes de associações, embora internacionais, a decisão de adesão tem que passar, obrigatoriamente por esta Assembleia.*

*Mataduchos - Passagem de nível superior. A passagem de nível superior de Mataduchos está praticamente pronta, há largos meses, falta apenas o tapete betuminoso. Não faz sentido que uma obra que está assim há tanto tempo, não seja de facto, concluída. Só os jipes é que lá podem passar. É um privilégio dos jipes quando a passagem de nível está fechada, pois contornam.*

*A população de Mataduchos já está tão mal tratada com o estado das ruas que bem merecia que esta obra fosse concluída.*

*Qual é a razão do problema? Porque é que não se faz o remate para golo quando a jogada já está completamente construída.*

*Poluição da FUNFRAP. Vou entregar à Câmara uma carta que foi dirigida ao PCP pela subcomissão de Trabalhadores da Renault em que protestam contra a poluição aérea provocada pela FUNFRAP e que causa prejuízos evidentes na chaparia dos carros estacionados no parque de estacionamento da Renault.*

*Por último, quero chamar a atenção quer do Sr. Presidente da Câmara quer da Assembleia (apesar de muitos dos seus elemento estarem mais interessados no futebol). É que estamos ameaçados, Sr. Presidente, no Concelho de Aveiro, por uma invasão de lixo. Se nada fizermos em contrário vêm aí os resíduos sólidos dos concelhos de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Vale de Cambra e Arouca, para o aterro de Taboeira. Aliás pode-se dizer que eles já estão a caminho.*

*É que, na passada semana, a Assembleia Municipal de São João da Madeira decidiu a adesão do Concelho à ERSUC. Assim passou a ser do conhecimento público uma movimentação que já existia, pelo menos desde Janeiro deste ano.*

*A 21 de Janeiro reuniram em Oliveira de Azeméis representantes da ERSUC com as Câmaras Municipais daqueles quatro concelhos, para que estes fossem abrangidos pelo alargamento da empresa, empresa que passará a recolher e dar destino aos lixos ali produzidos.*

*Ora, com a subscrição do capital e com a entrada daqueles municípios na ERSUC o que está previsto é o encerramento e selagem do aterro do Pereiro (Oliveira de Azeméis), onde será instalada uma estação de transferência, e o depósito e tratamento dos resíduos produzidos nos quatro municípios nos outros aterros do sistema.*

*Quando se diz assim, é evidente que a empresa quer ter o mínimo de custos de transporte, razão pela qual o destino previsível daqueles lixos será o aterro do Baixo Vouga, já a ser instalado em Aveiro.*

*Não podemos aceitar passivamente esta situação, esta alteração evidente das regras do jogo quando o jogo já está a decorrer.*

*Quando esta Assembleia aprovou, com o voto contra do PCP, a adesão do município de Aveiro à ERSUC fê-lo baseada nos pressupostos que então foram definidos: Um conjunto definido de sócios, um conjunto definido de municípios a funcionar para um aterro com uma duração prevista de actividade de dez anos, com o pressuposto da rotatividade no local do aterro, após esses dez anos, quando o que está concluído é esgotar a sua capacidade.*

*Não estamos a falar do alargamento do aterro de Taboeira a uma pequena freguesia. Estamos a falar de quatro concelhos, um dos quais (Oliveira de Azeméis) com mais população do que o Concelho de Aveiro, e com uma implantação industrial muito elevada.*

*Não quero questionar a adesão destes concelhos à ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro - embora o pudesse fazer. Não posso esquecer que ainda recentemente as quatro câmaras municipais referidas defenderam um mapa de regionalização que cortava com a sua ligação a sul, defendendo a existência de mais afinidade com o Norte, em cuja CCR estão integrados. Poderia ir pelo caminho fácil de dizer que para nos enviarem lixos já concordam com a ligação à restante Beira Litoral. Mas não é esse o sentido da intervenção que quero fazer, mas sim outro. Porque o que é grave no caso desta adesão, é que a ERSUC não investe na criação de mais um aterro controlado que pudesse servir aqueles quatro concelhos, instalar num daqueles concelhos e eventualmente para onde Ovar pudesse ser também canalizado.*

*Isto parece ser evidente para qualquer pessoa mas não para o Sr. Presidente da Câmara de Aveiro. Segundo afirmou o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro em recente sessão da Assembleia Municipal o Presidente da Câmara de Aveiro, quando confrontado com esta situação, apenas levantou objecções relacionadas com o movimento de camiões - o que até não é problema de maior dada a localização do aterro relativamente ao IP5. É muito mau que um assunto como este tenha ficado apenas no conhecimento do Sr. Presidente da Câmara e da Câmara e não tenha sido referido sequer na comunicação escrita que o Sr. Presidente apresentou. Mas é muito pior que a postura do Sr. Presidente da Câmara que se colocou (passo a expressão) de cócoras perante as decisões de uma empresa onde predominam os interesses do poder central não acautelando os interesses de Aveiro.*

*Não é com este género de atitudes que se fortalece uma desejada afirmação do concelho no panorama regional. Não é assim que se defende e afirma Aveiro."*

Presidente da Mesa:

*" Vou ler aqui o que o Regimento diz, mas não é a título de censura à intervenção do deputado António Salavessa, que considero substantiva e não teve qualquer futilidade.*

*A lei diz o seguinte: " O tempo máximo para a intervenção em cada ponto da "Ordem do Dia", com as exceções previstas nos artigos seguintes, é de 20 minutos, tanto para cada membro da Assembleia que se inscreva para intervir nos debates, como para o Executivo Camarário."*

*Há a comissão do regimento, isto tem que ser clarificado. Não digo que é de mais nem que é de menos, mas dá impressão que o executivo camarário só tem vinte minutos ao todo ou terá vinte para cada intervenção. Isto terá que ser pensado e repensado. Se o Presidente da Câmara quiser responder ocasionalmente a título singular, isto é, intervenção a intervenção, dar-lhe-ei a palavra e sempre que a peça; se quiser responder só no fim, responderá só no fim a todos."*

Presidente da Câmara:

*" Sr. Presidente, eu tenho aqui um rol tão extenso de questões que prefiro responder já a estas.*

*Quanto à municipalização dos canais, o acordo político que foi conseguido com os Secretários de Estado foi no sentido de serem favoráveis à atribuição da jurisdição dos canais urbanos e de um perímetro ribeirinho a definir à Câmara Municipal de Aveiro. A isso é que se chama municipalização dos canais. A Câmara ficar, portanto, com a jurisdição sobre os canais urbanos e o tal perímetro ribeirinho.*

*Esse é o acordo político, penso que é claro. O que é que eu quis dizer com "concretização normativa"? Porque como bem compreenderá não basta os secretários de estado dizerem: o princípio parece-nos simpático, avance. Não é assim. Há uma lei em vigor sobre o domínio público marítimo e hídrico, onde a lei diz: as águas da ria de Aveiro ficam sob a jurisdição da JAPA. Tem que haver uma alteração legislativa que venha consagrar isso; tem que haver uma alteração legislativa que venha dizer de que forma é que o património da JAPA virá ou não a ser transferido para a Câmara de Aveiro na parte em que tenha a ver com a gestão dos canais urbanos. E esse trabalho está por fazer e é esse trabalho que estamos a aguardar. A Câmara de Aveiro fez o que pôde, isto é, conseguiu acordo político e elaborou mesmo uma proposta de alteração normativa para facilitar os serviços do Ministério. Estamos à espera que as coisas agora andem mais depressa em Lisboa. É evidente que não há neste momento uma previsão quanto aos custos que isto pode custar; temos ideia de quanto é que a JAPA gasta na ria, mas o perímetro da ria que nos vai ser atribuído é menor. Estamos preocupados também com as receitas que é necessário gerar para tratar bem aquilo que tem sido mal tratado. E quanto às consequências, o que nós queremos é manter o controlo do processo de preservação e da dimensão dos canais e devolver a ria e os canais urbanos à cidade e aos aveirenses. Penso que são essas as consequências mais notórias. De resto, o projecto passará sempre para que não se pense que há aqui alguma tentativa estranha de inverter aquilo que é normal. A Câmara de Aveiro se lhe ver atribuída a jurisdição sobre os canais, vai ter que respeitar, como qualquer entidade pública, as leis em vigor, nomeadamente as leis sobre ambiente, as leis sobre ordenamento do território*



*e qualquer intervenção na ria terá que respeitar todo esse tipo de instrumentos de planeamento urbano.*

*Campeonato do mundo de Caiaque-Polo e o risco de uma eventual presença de indonésios em Aveiro. Como sabe, o processo nasce da seguinte forma: Beja recusou liminarmente a possibilidade de organizar o campeonato do mundo por esse facto. A posição da Câmara de Aveiro foi diferente e foi a de estar em total sintonia com a política do governo e do estado português nesta matéria. Nós pensamos que não deve ser o desporto a fechar portas que a diplomacia quer manter abertas e que tem mantido abertas. Aliás na semana em que isto aconteceu havia negociações de alto nível entre o Primeiro Ministro português e o Vice-Primeiro Ministro da Indonésia. E portanto, em sintonia e depois de ter ouvido o representante do governo, a Câmara de Aveiro pensa que a eventual presença de atletas indonésios em Aveiro deve ser vista, não como uma transigência perante princípios que consideramos fundamentais, o da autodeterminação do povo de Timor, mas pelo contrário como uma oportunidade flagrante, penso eu, e que não podíamos desperdiçar, de lembrar à comunidade internacional e ao mundo, porque se trata de um campeonato do mundo e vão estar dezenas de televisões presentes a registar o sofrimento do povo de Timor. Quem não vê isto assim, eu penso que perde uma oportunidade de agitar a questão e de continuar a lembrar a todos os portugueses e ao mundo dos direitos de Timor. E é assim e foi nessa perspectiva que nós aceitámos levar a cabo o campeonato.*

*Quanto à questão da Grécia, isso é uma questão menor. Mas teve a ver com a data do convite que foi feito pelos nossos colegas gregos.*

*Quanto à escola segura. O projecto da escola segura, como sabem, trata-se de adquirir uma viatura para circularem pelas escolas para que haja maior vigilância. De repente assustou-me, mas aqui desfolhando à pressa, encontrámos a página onde ele aparece. Diz aqui: Aquisição de viatura para apoio às colectividades e escolas.*

*Mais importante é de facto saber se conseguimos ou não ter as escolas em condições de segurança e isso preocupa-nos porque temos algumas escolas com problemas.*

*Orquestra das Beiras. Porque é que não falo da Orquestra das Beiras? Neste momento, o Sr. Vereador Jaime Borges não está cá porque está numa reunião da Orquestra das Beiras em Viseu, mas a Câmara tem feito um enorme esforço e tem tido um acompanhamento exemplar em relação aos pequenos problemas que tem tido a Orquestra das Beiras. Eu não gostaria de criar em torno da orquestra a ideia de que as coisas estão a correr muito mal, há problemas. Uma orquestra com a ambição e com a comunidade que a nossa tem, é um projecto caro, é um projecto ambicioso que exige um staff de acompanhamento preparado para fazer esse tipo de acompanhamento. Exige que o projecto financeiro de sustentação da orquestra que foi idealizado na altura, seja bem acolhido por parte das câmaras municipais e infelizmente temos alguns maus exemplos de câmaras com responsabilidades culturais que estão de facto, a prestar um mau serviço à cultura deste país. Mas portanto, eu não gostaria de criar dramas em torno da orquestra. A orquestra está a tocar lindamente com favor de toda a critica e estamos preocupados em criar as condições para que ela possa continuar a tocar em tranquilidade.*

*De resto, quanto aos programas laborais a Câmara de Aveiro está especialmente à vontade nesta matéria, já evitou que fossem feitos despedimentos e posso dizer que se deveu a uma intervenção directa da Câmara de Aveiro.*

*O Plano das Glicínias está em fase de conclusão."*

Vereador Eduardo Feio:

*" Muito rapidamente para dar conta ao fim e ao cabo, qual é a situação do planeamento do Município.*

*O Plano de Pormenor das Glicínias encontra-se assim como os outros, a ser neste momento analisado, dado que, como toda esta Assembleia sabe, no passado mandato iniciou-se a elaboração de um conjunto de planos que neste momento está a ser equacionado conjuntamente com o Plano de Urbanização e conjuntamente com o Plano de Urbanização de Aveiro a S. Jacinto.*

*O Plano das Glicínias é um plano que já tem um inquérito público realizado. Houve uma análise ainda no fim do mandato anterior de algumas das sugestões e das reclamações que foram tidas em conta. Neste momento encontra-se com os outros planos numa análise de conjunto, é o ponto da situação. Relativamente à questão pontual do loteamento das Glicínias, como o Sr. Deputado Salavessa sabe, o PDM permite aquele tipo de equipamentos, o próprio Plano de Pormenor que foi à discussão pública já o incluía lá. A maior parte das questões e das reclamações não tinham a ver com esse tipo de equipamentos; tinham essencialmente a ver com volumetrias na envolvente."*

Presidente da Câmara:

*" Petição sobre o nome da escola Mário Sacramento. De facto, recebi uma petição dos alunos da escola secundária n.º1, solicitando que fosse atribuído o nome do Mário Sacramento à escola. O assunto já mereceu a nossa atenção, já tivemos uma primeira conversa sobre ele na Câmara, vamos tornar a ter e portanto neste momento o ponto da situação é esse.*

*Mataduchos, tapete betuminoso. Temos insistido todas as reuniões em que estamos presentes nos Serviços Municipalizados para que o caso se resolva. Consideramos que a situação ultrapassou tudo aquilo que é razoável em termos de atrasos de obras e dos incómodos que estão a ser causados às pessoas. Houve, primeiro, um problema de dificuldade em adquirir o terreno (isso acabou por se resolver); depois o empreiteiro também, pelos vistos, terá tido os seus próprios problemas e fez, como se diz, render o peixe. A verdade é que, tenho esperanças que neste momento as coisas corram bastante mais depressa porque ele está sob enorme pressão nossa, agora, dos serviços, para concluir a obra o mais rapidamente possível. Não deixa de ser lamentável tudo aquilo que aconteceu.*

*O empreiteiro que tem essa obra, está a atrasar a obra porque há dívidas da Câmara. Invasão do lixo. De facto, estamos preocupados com a situação. Foi tomada uma decisão da Assembleia Geral da ERSUC de permitir, portanto, a adesão desses três municípios que referiu, com a abstenção da Câmara de Aveiro. Porque nós consideramos que terão que ser asseguradas toda uma série de condições e garantias para ver se estamos ou não estamos em condições de aceitar esses lixos. Em todo o caso convém frisar (lembrou e bem), trata-se de um acordo que prevê rotatividade da localização do aterro que implicam já obras vultuosíssimas na lixeira que tínhamos, que deixou de ser uma lixeira e passou a ser um aterro controlado, como deve ser e que é por um prazo de dez anos. A concretizar-se isto, esperemos que toda a zona possa vir a ser dotada das infra-estruturas que não tem e que no futuro os outros municípios saibam também ser responsáveis como eu creio que estamos a ser neste momento. Mas, como lhe digo, está o assunto em "stand by" e se não forem dadas ao Município de Aveiro as garantias e as condições que nós pensamos ser justas e necessárias, utilizamos técnicas, que não é de cócoras, mas é de ir para lá em sentido com os camiões à porta, se necessário for. Penso que não vai ser; penso que estamos a negociar bem."*

Presidente da Mesa:

*"Apoio todas as homenagens ao falecido saudoso, Dr. Mário Sacramento. Quanto ao problema de Timor, a diferença é esta: é que a África do Sul foi proibida de disputar campeonatos pelas federações e pelo Comité Olímpico Internacional. Ao passo que em Portugal, infelizmente, nem sequer há uma norma que proíba a importação de produtos indonésios. Esta é que é a verdade. É um problema amplo, mas não é oportuno agora debatê-lo."*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*"Sr. Presidente, eu sugeri que se continuasse, que esse ponto era outra vez chamado, mas fiz outra pergunta e essa não foi respondida. Dizia respeito ao grupo de trabalho para estudar a possibilidade de reivindicarmos para Aveiro a criação da Faculdade de Medicina. Porquê tanto tempo, quando já posteriormente foi criado um grupo de trabalho na Universidade e que até ao dia 30 de Abril temos que apresentar resultados."*

Presidente da Câmara:

*"Com o devido respeito, eu penso que está a ver mal o problema. Esse grupo de trabalho que foi criado na Universidade já foi criado na sequência do nosso grupo de trabalho e da reunião que tivemos. E foi assim que as coisas se passaram. Se conferir as datas, a data da nossa reunião que foi talvez à uma semana ou duas, nessa reunião ficou assente que a Universidade como tinha já dois técnicos que tinham trabalhado sob o dossier da Escola de Enfermagem, da Escola de Saúde, estaria em condições de desenvolver mais o trabalho e depois de nos fazer uma proposta sobre metodologia a seguir num futuro. Portanto, na última reunião eu pensei que isso tivesse ficado claro. A resolução que foi aprovada na Universidade, foi na sequência da reunião que este grupo de trabalho teve. A única coisa que aconteceu é que de facto, por força do regimento e das regras, fazerem com que só torne a haver uma reunião da Assembleia Municipal agora ficou por indicar um elemento da Assembleia Municipal. Mas não há atraso nenhum."*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*"Eu creio que não respondeu, porque dessa forma o que avançou foi de facto uma Comissão para falar de uma Escola Superior de Saúde. Isso é uma história, pode ter resultado aqui das nossas ideias, mas foi uma ideia. A Faculdade de Medicina ficou ao lado. Se nós temos urgência, pois talvez tivesse sido melhor andar. Agora, há outra coisa que me faz confusão. É que se o Reitor da Universidade (e se aí tiver o despacho que eu entreguei) desatou esse despacho do dia dez e nós tivemos a reunião no dia treze, deve ter sido então engano do Sr. Reitor."*

Presidente da Mesa:

*"Peço desculpa, mas a data que aqui vem é de 03 de Abril. A data do nosso grupo de trabalho foi de 03 de Abril. Portanto se a do Sr. Reitor é de 10 de Abril, penso que faz sentido."*

Vogal João Barbosa:

*"Sr. Presidente, queria-me referir aqui a duas coisas. Neste caso, ao planeamento e urbanismo. Fala-se aqui no plano de Sá-Barrocas e estudo de alteração do plano de pormenor. Lamentamos que a Junta de Freguesia não tenha sido ouvida, pois cremos*

*que poderia dar achegas importantes, pois como sabe também temos ideias e projectos.*

*Sobre a protecção civil, eu gostava de informar o Sr. Presidente da Câmara, que no mandato anterior chamamos diversas vezes aqui a atenção para a falta de segurança, para a falta de protecção que se vive no centro da cidade. Isto devido aos armazéns de tintas, diluentes e gás e artigos altamente inflamáveis. Vive-se no centro da cidade autenticamente debaixo de um barril de pólvora. Posso informá-lo que nada se fez. Pedia-lhe, Sr. Presidente da Câmara, que os Serviços de Protecção Civil Municipais fizessem uma inspecção rigorosa a estes armazéns para podermos dormir mais descansados e ao mesmo tempo salvaguardar a nossa responsabilidade no possível desastre que pode ocorrer em qualquer altura."*

**Vogal Virgínia Veiga:**

*"Ilustre colega, no duplo sentido, só para prescindir da palavra, não sem um aparte democrático à intervenção do colega Salavessa. É para lhe agradecer o facto de ter trazido aqui os temas que são o fulcro principal que aqui nos traz e nos fez eleger, isto é, obrigado por ter mudado o jogo."*

**Vogal Jorge Nascimento:**

*"Sr. Presidente, trata-se de uma comunicação ordinária no sentido de ser corrente, que o Sr. Presidente traz a esta Assembleia, relatando um curto período da sua actividade. Como é próprio, esta comunicação ainda está sob os verbos de o auscultar, de o inventariar, do observar e pouco ainda, no meu entender, com incidência no verbo agir. Mas como eu digo, é próprio, porque esta Câmara é nobel na função. Chegou agora e portanto, é próprio que exerça este tipo de rastreio e de actividade.*

*O Sr. António Salavessa queimou-me algumas perguntas que eu tinha a fazer. Mas não deixo de formular outras, como sejam: gostaria que o Sr. Presidente dissesse que benefícios traz para o cidadão comum e com critério de prioridades e quanto vai investir a Câmara no projecto Aveiro Digital? Gostaria que fizesse incidir a sua resposta sobretudo nos benefícios que isto traz imediatamente para o cidadão comum e se não haveria outras prioridades.*

*Gostaria de voltar ao tema da ERSUC. Foi aqui referido que vários municípios a norte do distrito, são eles: Oliveira de Azeméis, Arouca, Vale de Cambra e S. João da Madeira, foram admitidos no seio desta sociedade. Pelo conhecimento que tenho, nestes concelhos produzem-se cerca de 40% dos resíduos do distrito. Foi numa assembleia desta sociedade, realizada em Coimbra, em que esteve presente um Sr. Vereador ou o Sr. Presidente desta Câmara, e em que, segundo a informação do Sr. Presidente acabada de ouvir, a Câmara se absteve. Pergunto, se a Câmara nessa assembleia formulou além do voto, alguma objecção quanto a contrapartidas para que 40% dos resíduos do distrito viessem parar ao aterro sanitário da zona de Taboeira. Se, nomeadamente, procurou reduzir o tempo de descargas desse aterro? Porque 40% de resíduos são significativos para manter uma periodicidade de dez anos. Se também, porque isto tem a participação do estado e o Executivo anterior, segundo aqui foi dito, quando foi autorizada por esta Assembleia a participação de um município nesta associação, que vieram benefícios, se esses benefícios em função desta sobrecarga do aterro foram reforçados? Se ficou garantida que estes novos municípios admitidos no seio da associação, vão também ter o seu aterro? E se ficou por uma vez esclarecido e bem demarcado e definido, o período durante o qual se farão aqui descargas?*

*Voltaria também ao loteamento, porque ele está aqui inserido na comunicação: Loteamento da Vouga-invest nas Glicínias.*

*Já no Executivo anterior se questionava sobre se, tendo sido revogados todos os planos de pormenor com a aprovação do PDM, seria lícito aprovar loteamentos em zonas a que o PDM obriga se façam planos de pormenor. Este loteamento, a meu ver, não é uma coisa qualquer e sei que foi recentemente aprovado. Este loteamento que se refere aos terrenos da Vouga-invest, que são aqueles que abrangem a maior área da zona abrangida pelo plano, eu penso que o loteamento aprovado é já de si a condicionante quase absoluta do próprio plano de pormenor. Porque se os terrenos de que esta empresa é proprietária, abrange a maior área da zona a abranger pelo plano de pormenor, é óbvio que o loteamento aprovado é uma condicionante importante daquele loteamento. E então, por vias travessas foi excluída da apreciação desta Assembleia e da influência que esta Assembleia pode ter na elaboração do plano de pormenor, a possibilidade que ela tem de o fazer com a aprovação do loteamento. Eu gostaria de saber então, se o plano de pormenor já estava em estado tão avançado e se pelo menos as observações públicas, porque o plano de pormenor esteve em discussão pública, foram respeitadas na autorização deste loteamento, portanto, no processo deste loteamento, essas condicionantes. E gostaria também de saber, uma vez que para ali se prevê uma grande superfície, que tipo de grande superfície? Eu recorro que está no subúrbio imediato de Aveiro, propriamente já integrado no perímetro da cidade e que há várias maneiras de fazer grandes superfícies. Há uma forma de a grande superfície se configurar na paisagística como o edifício nobre, portanto, com caracteres arquitectónicos próprios de uma urbe que se quer digna e de bom aspecto e há também a grande superfície do tipo que se vê, como é: o "continente", o "feira-nova". E devo dizer que eu não gostaria de ver naquela zona a permissão de se fazer ali uma grande superfície do tipo do "feira-nova", mas uma grande superfície de qualidade. Portanto a pergunta vai no sentido de: que grande superfície prevê este loteamento autorizado para a zona?*

*Houve recentemente aqui várias intervenções do Município pela pessoa que o representa, o Sr. Excelentíssimo Presidente da Câmara, como sejam a apresentação do trabalho público, do trabalho técnico e temático para a Expo 98. Vieram aqui os representantes das cidades irmãs de Aveiro e não tenho notícia de que o Sr. Presidente tenha feito envolver nesse tipo de actividades, creio que se houve omissão, de certo foi involuntária, representantes dessa Assembleia. O Sr. Presidente inicia este tipo de actividade que vem aliar à sua grande experiência noutros sectores, mas eu lembro o Sr. Presidente que se teve esta omissão, para mim se reveste de alguma gravidade, uma vez que o futuro de Aveiro, na minha perspectiva, se constrói com a participação desta Assembleia que naturalmente, e já deu provas disso no passado, tem as suas intervenções sempre de uma forma positiva com uma acção crítica à custa da qual muito se contribui para o desenvolvimento de Aveiro. A título de exemplo, eu recorro que o projecto que actualmente se desenvolve no Cojo, com o qual eu concordo inteiramente, teve o seu desenvolvimento mais acelerado por intervenção importante desta Assembleia. Eu penso que ninguém pode ter a ambição de governar Aveiro sem a participação das instituições que a podem mover. O Executivo decidirá, dentro do que o compete, as regras; o investidor terá a sua participação e esta Assembleia tem a sua participação seguramente importante. Portanto, penso que não será despiciendo referir aqui, que o Sr. Presidente deva convidar representantes desta Assembleia, quando há acontecimentos de onde pode*

*resultar o intercâmbio, o enriquecimento de ideias, enfim, tudo o que possa vir em prol desta cidade, do município e dos munícipes."*

Vogal António Manuel Coimbra:

*"Dizia o Sr. Presidente no decurso desta reunião, que o homem pouco inventa. Eu penso que já é tempo de aprender com a história. É que a história, conforme a definição de historiador português, dizia que: é a maneira de bem pôr os problemas de hoje, graças à indagação científica do passado com vista à preparação dos tempos vindouros.*

*E acho que a indagação do passado no que diz respeito à feira do livro em Aveiro, já nos mostrou que fazer uma Feira do Livro num recinto fechado, longe dos locais habituais por onde a população passa, é uma péssima opção. Isso já foi dito várias vezes nesta Assembleia e a Câmara Municipal de Aveiro, segundo a comunicação do Sr. Presidente na página 06, diz que: "... decorrerá de 23 de Maio a 7 de Junho, no Centro Cultural e de Congressos.". Isto é uma péssima opção. Pior opção do que aquela que levou a Feira do Livro ao pavilhão de feiras e exposições e que não deu nada. A não ser que a Feira do Livro se faça para os peixinhos, quando o futuro lago navegável lá existir. De maneira que, aprendamos com a história.*

*A opção Rossio tem dado os seus resultados. E mais uma vez eu critico este calendárizinho que nos deram no início deste mandato. Já é a segunda coisa que encontro mal. Primeiro, é o Salão de Antiguidades que afinal não devia estar aqui; hoje é a Feira do Livro que diz que é no Rossio, afinal não é no Rossio. Quer dizer, é que para cúmulo, o facto de já não ir ninguém à Feira do Livro, ainda faz com que alguns possam ir à feira do livro ao Rossio. Conclusão: Pensava que era só o anterior Executivo que brincava com o livro e com a Feira do Livro; também brinca este Executivo. Não me diga que vai dizer que afinal está errada a comunicação? A comunicação do Sr. Presidente da Câmara diz que a Feira do Livro decorrerá no Centro Cultural de Congressos. Parto do princípio que isto seja verdade, mas também já não sei em que verdade acreditar. É um assunto que com certeza o Sr. presidente da Câmara nos vai esclarecer.*

*Quanto à orquestra regional. Eu não fiquei completamente esclarecido com as informações que o Sr. Presidente já deu acerca da orquestra regional. Porque me parece que o envolvimento da Câmara e o envolvimento dos aveirenses na orquestra regional é muito mais profundo do que aquilo que o Sr. Presidente fez crer. Eu penso que os aveirenses se empenharam a fundo para que a orquestra tenha sucesso. E tenha sucesso não só artístico, mas sim seja representativa da nossa região e que Aveiro tome o protagonismo da orquestra regional. Foi isso que nós sempre quisemos. Debatesmos a questão da sede, fizemos questão para que a sede da orquestra regional seja em Aveiro para nós continuarmos a liderar o processo. E liderar o processo aqui não é dizer e encolher os ombros: Que chatice, que as outras Câmaras afinal já não querem. Não! Nós temos que convencer os outros municípios que aderiram pertencer à orquestra regional, para promoverem também concertos nos seus municípios, promoverem também a orquestra regional. Este é um trabalho que a Câmara de Aveiro não se pode demitir nunca. E que foi isso que o anterior Executivo não fez. E isto é uma coisa que eu tenho que louvar no anterior Executivo: O anterior Executivo não deixou cair a orquestra regional, coisa que este está a deixar fazer.*

*Uma questão também que queria pôr ao Executivo diz respeito ao trânsito. O trânsito é mencionado na página 29, em que diz que continua a haver pequenos estudos e pequenos trabalhos. Ora bem, mas há um estudo sobre o trânsito que foi aprovado na*

*Câmara Municipal. Eu desde que estou nesta Assembleia Municipal, já vai para uns cinco ou seis anos que ouço falar num estudo; já há dois municípios atrás se falava no estudo do trânsito. No anterior município falou-se num estudo do trânsito, chegou a ser aprovado pela Câmara Municipal; nunca chegou à Assembleia. A Assembleia não tem conhecimento de nenhum estudo e eu quero saber na voz do Sr. Presidente da Câmara se afinal há estudo ou se não há estudo. Se há estudo porque é que ele não nos é mostrado, porque nós também gostamos de ter uma visão global de quais são as problemáticas do trânsito do município para podermos ajuizar melhor aquilo que poderá ser a problemática do trânsito. Neste momento, não temos conhecimento desse estudo e continuamos a assistir a comunicações de pequenos remendos. Uma sinalização que se faz aqui, que se põe ali, esta rua que muda de trânsito - pequeninas coisas. E penso que é altura de nós termos uma visão global da problemática do trânsito.*

*Quanto aos Serviços Municipalizados. Para mim, o assunto dos transportes municipalizados é um assunto muito caro e sigo-o com bastante atenção. Primeiro porque fui durante muitos anos utente dos Serviços Municipalizados e tenho verificado ao longo dos anos que os resultados de exploração dos STUA bateu no fundo e por isso neste momento os resultados estão estáveis. Estão estáveis porque bateram no fundo, de maneira que, mais em baixo é impossível. E vejo com um certo agrado que em 04 de Janeiro de 1998, diz na página 16, foi implantada a nova programação de horários de carreiras. E fiquei todo contente, ainda bem! Só que no final da página diz que no mês de Fevereiro de 1998 houve uma diminuição de 1,32% dos passageiros transportados, provocada pela diminuição de venda de bilhetes pré-comprados e de números de passes vendidos. Conclusão: A solução não serve. E se calhar temos que encontrar outras soluções. E era esta problemática que eu também gostaria de ver abordada aqui nesta Assembleia Municipal. O que é que este novo Executivo pensa fazer em relação à reabilitação dos transportes urbanos de Aveiro?"*

Vogal António Vinagre:

*"A minha intervenção vai no sentido de me referir à questão da protecção civil. E a propósito da comunicação do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de salientar uma data a ser comemorada este mês no dia 24, o Dia Municipal do Bombeiro. É com agrado que registo a vontade desta autarquia na resolução dos principais problemas e dificuldades das duas corporações aveirenses, que destas a população tanto se orgulha. Como facilmente podemos perceber ao olhar para a fisionomia desta cidade, rapidamente deparamos com zonas mais sensíveis, onde a probabilidade de sinistro é maior. A segurança nem sempre foi devidamente considerada por esta autarquia. Felizmente, até à data e graças a quase duas centenas de homens que voluntariamente velam pela segurança desta cidade, não têm acontecido grandes tragédias. Há, por isso, absoluta necessidade que os bombeiros acompanhem em formação e em meios a evolução da própria cidade, tendo em vista a pronta resposta às necessidades da população aveirense. A título de exemplo queria só referir que neste momento nenhuma das corporações está equipada com uma auto-escada capaz de ir além do oitavo, nono andar e como é sabido já temos edifícios com dez, doze e mais andares. Se por hipótese acontecer um incêndio num andar superior, diga-me Sr. Presidente se souber, como é que os bombeiros lá chegam. Apraz-me também registar o carinho e o respeito que o município tem pelos bombeiros, mas só isso não chega. Só isso não nos faz salvar vidas e bens. Nem isso, nem os simbólicos subsídios atribuídos por este município. Simbólicos, se tivermos em conta as necessidades das duas corporações.*

*Aveiro, pela sua dimensão, em questões de segurança merece mais. Na última Sessão de Fevereiro, a título de exemplo acerca de uma dívida desta autarquia, foi referido por um elemento desta Assembleia, um hipotético incêndio no telhado do edifício da Câmara, como devem estar recordados.*

*Sr. Presidente, uma coisa posso-lhe garantir: esperemos que não, mas se isso vier a acontecer, com ou sem subsídios, com mais ou menos apoio, os bombeiros estarão na rua no minuto seguinte com a mesma vontade, dedicação e voluntarismo que sempre vos tem caracterizado para salvar de uma tragédia o edifício dos paços do concelho."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Simões Madaíl.

Vogal Diogo Soares Machado:

*"Apenas duas ou três questões curtas, necessariamente para respostas também curtas, penso eu.*

*Em primeiro lugar, já que aqui foi levantado o problema dos planos de pormenor, eu gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do que é que se passa com o plano de pormenor da frente ria de S. Jacinto. Ambição de há muito reclamada pelos moradores dessa freguesia do nosso concelho; nunca reclamada nesta Assembleia por quem legitimamente os representa e que agora ao que vejo pela leitura de outros documentos, terá sido, momentaneamente, espero, abandonado pelo desinvestimento que nele se produziu. Por ser uma questão de justiça para com essa freguesia do nosso concelho, até à data tão abandonada, com o ónus que isso representa para quem quer que seja, levanto aqui esta questão e solicito ao Sr. Presidente da Câmara uma resposta concisa, concreta e suficientemente elucidativa, não para mim, mas para a população de S. Jacinto.*

*Em segundo lugar, Sr. Presidente, o processo da "Europa dos Pequenitos". Envolvemo-nos, ao que diz a comunicação social, na passada sessão, o Senhor e eu, numa polémica acerca de actas passadas e actas futuras, etc.. Gostaria de relembrar também que em actas passadas, nomeadamente na mesma acta, o tema ou o assunto "Europa dos Pequenitos" foi aqui votado. A aprovação de protocolo foi sufragada por esta Assembleia e bem, no meu entender; e bem também no entender do Presidente da Câmara dado ser uma proposta para a ordem de trabalhos da autoria da Câmara Municipal de Aveiro. Eu gostava de saber em que ponto concreto, hoje dia 04 de Maio, está a evolução deste processo uma vez que nesta comunicação do Sr. Presidente da Câmara, a mim mais me faz recordar um boletim municipal. Gostaria de ver esclarecido em que ponto está a situação do processo da "Europa dos Pequenitos", dado que me chegaram aos ouvidos ecos maldosos de que Aveiro estaria em vias de perder esse projecto, por dificuldades ou ruídos, certamente, na comunicação entre os interlocutores envolvidos na análise deste projecto. Sr. Presidente, tranquilize-me, tranquilize-nos, tranquilize Aveiro, porque este é claramente (antes talvez do prolongamento do Canal do Cojo, do lago em frente ao Centro de Congressos) para mim, um projecto prioritário. Esclareça-me portanto, Sr. Presidente e agradeço-lhe por isso.*

*Em terceiro lugar, 'A participação de Aveiro na Expo 98 está assegurada' (está escrito aqui na comunicação) integrada numa participação coordenada ou conjunta de várias entidades, entre elas: o CET, o SIMRIA, a Universidade, a AMRIA e a Câmara de Aveiro, obviamente.*

*Algumas questões concretas quanto a isto. Primeiro, o Sr. diz aqui que a participação de Aveiro na Expo está assegurada. Considera portanto, que essa participação era uma prioridade. Gostaria de saber, quanto é que globalmente a participação de todas*



*estas entidades aqui mencionadas na sua comunicação vai custar, para estarem presentes global e conjuntamente na Expo 98, em primeiro lugar. E em segundo lugar, (decorrente da primeira questão) quanto vai custar ao município de Aveiro a sua participação neste projecto conjunto, de várias entidades, na Expo 98. Porque, Sr. Presidente da Câmara, dizer-se aqui que a presença de Aveiro na Expo está assegurada, sem nunca se ter dito quanto é que isso custaria, a menos que isso custe zero e aí tem toda a minha aprovação, Sr. Presidente eu penso que Aveiro, os aveirenses e esta assembleia, não porque seja obrigatório, mas por uma questão de cortesia que eu sei que o Sr. encerra em si próprio em grande dose, penso que esta Assembleia Municipal, pelo menos, como veículo de informação de e para os municípios, deveria ter sido claramente informada antes de se consagrar numa comunicação que essa participação está assegurada.*

*Também gostava de saber, qual o escalão de prioridade que o Sr. Presidente da Câmara e este Executivo atribui claramente à participação de Aveiro na Expo 98.*

*Em quarto lugar, para terminar, a feira de Março também vem aqui retratada. Que correu bem; vieram cá as cidades todas: Viseu, Arcachon, Pelotas, Ciudad Rodrigo. A feira de Março apraz-me registar que este ano estava melhor do que nos anos passados, sem dúvida nenhuma e portanto, devo ter claramente auferido receitas superiores. Se estarei enganado, (talvez sim, talvez não) gostava que o Sr. Presidente, se possível, me quantificasse quais as receitas de bilheteira da feira de Março este ano, em primeiro lugar. Em segundo lugar, me quantificasse quanto é que dessas receitas correspondente à percentagem que o Sr. Presidente da Câmara magnanimamente concedeu a mais aos bombeiros, nomeadamente, aquando da comemoração do último aniversário da associação dos Bombeiros Voluntários de Aveiro, os Bombeiros Velhos, do total de receitas entradas nos cofres da Câmara, por ocasião da feira de Março, quanto é que cabe a cada uma das corporações de bombeiros desta cidade através do aumento das receitas que foi por si preconizado. Ele terá sido, certamente efectuado, não duvido disso e a pergunta decorrente desta (são perguntas meramente factuais e facilmente respondíveis) versa apenas depois de uma análise fria e despida de sentimentos dos números, como é próprio que um Executivo de uma Câmara Municipal o faça, se os senhores todos, Vereadores todos integrantes desta Câmara Municipal (e aí eu vou ao encontro da intervenção do meu colega António Vinagre), olhando para aquilo que coube a cada uma das corporações dos bombeiros desta terra, são capazes de estar de consciência tranquila, comparando nomeadamente, com situações de subsídios das colectividades desportivas, que nomeadamente num ponto seguinte da ordem de trabalhos foram aumentados em sessenta mil contos, não se sabe para colectividades, nem para quem. Estarão os senhores de consciência tranquila? É a pergunta concreta que eu ponho.*

*Para terminar, Sr. Presidente, duas congratulações:*

*Primeira, nesta comunicação, Sr. Presidente, tem três ideias suas. Parabéns pelo excelente dia de trabalho que o Sr. teve aquando da elaboração da comunicação.*

*Segundo, Sr. Presidente, foi aqui tornado público um apelo de vários municípios deste concelho que fizeram chegar a um representante da bancada da CDU ou do Partido Comunista Português nesta Assembleia, acerca das emanações de gases da FRUNFAP que danificariam as pinturas dos carros. Fui surpreendido há poucos dias num órgão de comunicação social nacional diário, por uma notícia de última página, página com alguma relevância, penso eu, acerca de um novo elemento destrutivo que recentemente foi cientificamente descoberto para a camada do ozono. (talvez o Sr. Vereador José Costa possa ajudar-me a responder a esta questão) Sendo o concelho de Aveiro tradicionalmente um concelho criador de gado bovino, eu li com*

preocupação no "Público" (passo a citação) que recentemente tinha sido descoberto que a flatulência das vacas atacava enormemente a camada do ozono e era provavelmente uma das causas mais destrutivas para essa mesma camada. Li isto num jornal. Na sequência desta notícia, um munícipe preocupado, procurou-me telefonicamente e disse-me: Diogo, vê lá se nos ajudas e vê lá se te podem esclarecer lá pela Assembleia. Junto então a preocupação deste munícipe às dos munícipes da Renault de Cacia e peço ao Vereador José Costa, concretamente, que me esclareça se isto é assim ou não é, para que todos fiquemos tranquilizados."

Vogal Rogério Madaíl:

"Eu quero trazer aqui quatro questões ao Sr. Presidente da Câmara que se me puder fazer o favor de me esclarecer, poderá talvez antecipar um pouco o que vamos falar em seguida, mas ajuda-nos a entender todo o processo de reorganização em curso. Relativamente à organização e funcionamento. Na sua comunicação fala em medidas tomadas, como seja, informatização de sectores e preenchimento das vagas. Eu coloco a seguinte questão:

Não terá sido feito um diagnóstico organizacional prévio com uma análise de funções, tendo em conta a valorização dos recursos humanos da Câmara, a sua motivação e que planos de acções é que foram definidos? Estou convicto que é natural que tenham sido feitos, por que senão isto teria sido um amontoado de acções sem qualquer consistência. Se nos pudesse esclarecer o que é que foi feito porque não encontro em nenhum lado uma atitude sistemática de ataque à melhoria da organização e funcionamento da Câmara, como todos sabemos ela é imprescindível e importante para o seu funcionamento e sua racionalidade.

O segundo ponto, trata-se com as medidas de saneamento económico - financeiro que vamos debater depois num ponto mais à frente. Fala-se na contratação de um empréstimo, outras medidas. E aqui, nova questão se põe: Não terá havido um plano estratégico? Normalmente quando se faz um saneamento económico, começa-se por se fazer um diagnóstico, definir um plano estratégico e depois quantificá-lo num plano de financiamento. Eu acho que era extremamente importante, se não chegarmos hoje à questão, que nos fosse fornecido o plano financeiro, porque a questão já não está só na capacidade financeira em termos legais da própria Câmara que nós iremos analisar com mais pormenor mais à frente. O problema é: a Câmara tem meios financeiros para poder vir fazer face a este serviço de dívida tão forte que nos decorre, do que nos foi apresentado até agora? Esta é a minha preocupação, talvez pela questão da minha formação e que me suscita realmente algumas dúvidas e que eu penso que de certeza que nos vai esclarecer para que possamos realmente, fundamentar a nossa decisão.

O terceiro ponto relaciona-se com a revisão do orçamento. A orçamentação das dívidas do ano anterior por pagar, atinge um milhão e vinte e um mil contos. A questão que eu coloco e que sinceramente é uma dúvida que eu tenho, é a seguinte: Estão ou não incluídas na Conta de Gerência de 1997, estas dívidas? Se estiverem incluídas, qual a sua distribuição por rubricas? São estas dívidas resultantes de despesas de capital ou despesas correntes? É que de um lado ou do outro, a questão varia de gravidade. Qual a parte que corresponde a despesas correntes e qual a parte que corresponde a despesas de capital? Depois outras questões iremos pôr na altura oportuna, mas este era um aspecto extremamente importante que eu não consigo verificar pelos dados que tenho.

A última questão, voltava aqui a um assunto que foi falado, que é a municipalização dos canais urbanos da ria. Como sabemos isto vai acarretar custos elevados. Eu

*poria a seguinte questão: Já foram inventariados os custos de manutenção desses canais, em quanto é que isso vai orçamentar para o futuro do orçamento da Câmara? Como se vai financiar estas despesas? Está garantido o financiamento destas despesas?*

*Portanto, por agora concluía aqui estas questões de índole um bocado económico-financeira, já que todos os outros pontos foram já debatidos aqui."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Presidente da Câmara:

*" Vamos lá ver se eu consigo responder a todas as questões que foram enunciadas. Perguntou o Sr. Deputado Jorge Nascimento, qual é o benefício para o cidadão comum de Aveiro Digital. O grupo de trabalho que está instituído fez algumas sessões de esclarecimento para que justamente as pessoas pudessem ter essa noção e é pena que não se tenha proporcionado estar presente numa delas. Mas, vou-lhe dar alguns exemplos concretos. A ideia é por exemplo, ao nível da administração pública e em especial da administração autárquica, que o Sr. Dr. Jorge Nascimento em sua casa, através do seu terminal de computador, possa endereçar um e-mail à Câmara, dizendo assim: atenção que na minha rua falta iluminação. É a possibilidade de o Sr. Deputado Diogo Machado apresentar um pedido de certidão à Câmara através do seu terminal de computador em casa e poder ser imediatamente atendido se o serviço estiver a funcionar bem. Isto é para o cidadão comum, somos cidadãos comuns, mas vou dar outros exemplos. É a possibilidade de cidadãos com deficiências de comunicação e em situação de isolamento poderem contactar com centros de entendimento através de vídeos, telefones e de sistemas integrados com vídeo. É a possibilidade das Juntas de Freguesia de Nariz e de S. Jacinto, por exemplo, porque são as mais distantes, poderem contactar com a Câmara através de um sistema de vídeo, ou entre elas. É a possibilidade de as empresas terem acesso, se calhar a rede de empresas, consoante as áreas de negócios, estarem ligadas às respectivas associações, etc. É a possibilidade das associações culturais poderem carregar uma agenda cultural e desportiva desde que devidamente acreditadas, o que quer dizer que cada um de nós nas nossas casas se ligar o terminal de computador, poderá saber exactamente tudo aquilo que se vai passar no fim de semana e tomar parte activa nesse agendamento. É a possibilidade de as misses aparecerem no visor e todas as iniciativas que a igreja desenvolve. É a possibilidade, ao nível de todas as escolas, das nossas crianças se familiarizarem com estas tecnologias e ao nível das empresas haver um acesso muito mais rápido e actualizado aos centros de negócios e às informações de teor económico. Portanto, é de facto generalizar a informatização da informação e o seu uso. É a possibilidade de um gabinete de arquitectos que precisa de uma planta da Câmara, a poder requerer através do seu computador sem ter que ir lá, etc., etc., etc. . Portanto, há uma série de benefícios que são muito evidentes e que são a vários níveis : escolas, saúde, segurança social, administração pública, as chamadas lojas do cidadão, administração autárquica, universidade, solidariedade social, etc..*

*ERSUC. Como sabe, isto foi negociado durante a Câmara anterior e nós estamos preocupados e neste momento responsabilmente estamos a ser duros nas negociações para que Aveiro possa ser dotado de toda uma série de infra-estruturas e benefícios que venham de algum modo compensar o facto de sermos nós a recolher esses resíduos. A questão do prazo de dez anos que evocou e bem, vai ser mantida porque apesar de haver mais municípios a descarregar, há um novo método de compactação*

*dos lixos, o que vai permitir que o espaço previsto mantenha a sua capacidade para mais anos do que teria por acréscimo daquela produção não compactada.*

*Glicínias. O loteamento foi aprovado pelo anterior executivo, ainda há pouco foi lembrado que foi aprovado a 9 de Dezembro. E a lei permite, portanto, está tudo dito sobre isso; o plano de pormenor está em curso e vai ser concluído.*

*Quanto ao tipo de grande superfície, nós temos dito nos contactos que temos tido nos empreendedores, que o sítio, diria, que é bom de mais e portanto vamos ser muito exigentes na qualidade do tipo de grande superfície que vai ser ali instalada e também aí haverá condicionantes do projecto que eu penso que vão favorecer muito a cidade.*

*Expo e o dia das cidades irmãs e o alegado facto dos representantes da Assembleia não terem sido convidados. Eu quero, por um lado, pedir desculpa porque de facto não foram convidadas, creio eu, ou pelo menos não apareceram para apresentação da Expo, mas foram convidadas e estiveram presentes para o dia das cidades irmãs. Foram convidados os líderes, porque era um grupo restrito e também pareceu excessivo estar a convidar toda a gente; mas convidaram-se os líderes dos grupos parlamentares.*

*A história da Feira do Livro, Sr. Deputado Manuel Coimbra, mostra aquilo que disse (que é verdade), mas também mostra, como mostrou o ano passado se se recorda, que houve uma chuvada monumental durante os oito dias da feira e que o prejuízo foi absoluto. E portanto, pensando no futuro e com os ensinamentos dessa história e optando por uma via original que nunca foi experimentada, a opção foi de facto de fazer a experiência no Centro de Congressos. Devo dizer que os livreiros adoraram a ideia, porque toda a gente gosta de ir ao Centro de Congressos; se andar por lá sem vento e sem chuva a ver descontraidamente os livros e com espaço ... . Eu à primeira vista também tive uma reacção que disse: ali dentro ... , tradicionalmente é acolá. Mas recordaram-me que tivemos nos últimos anos primaveras rigorosas e que estragaram completamente a feira do livro e se esteve lá o ano passado pode testemunhá-lo. Portanto, admito que é uma coisa nova, mas é com os ensinamentos da história e para tentarmos no futuro ter mais sorte.*

*A orquestra. Eu peço desculpa, mas esta Câmara se há coisa que não fez foi encolher os ombros perante o que se passa na orquestra. E custa-me ouvir (é evidente que o Sr. Deputado Manuel Coimbra não conhece os elementos) isto, porque nós temos defendido a orquestra com unhas e dentes acima daquilo que é razoável e contra gente (que não vou pessoalizar) que está objectivamente interessado em criar dificuldades à orquestra, para não dizer outra coisa pior. E deixe-me dizer-lhe também que os elogios que endereçou à anterior direcção da orquestra, devia ouvir a opinião que a direcção da orquestra actual tem sobre o que se passou. Que está agora a orquestra cheia de dívidas, com o descontrolo ao nível das aquisições que foi feito. E portanto, é um projecto muito bonito, mas houve talvez um excessivo entusiasmo e uma leitura optimista sobre o que seria a reacção das Câmaras pequeninas e portanto, neste momento o projecto está de facto, com algumas dificuldades. O que eu posso garantir é que até ao fim vou continuar a defender a orquestra e que se este esquema de financiamento falhar, temos outros esquemas já pensados e outro esquema de direcção que nos parece mais razoável. Sabem que neste momento a direcção da orquestra é tripartida: Viseu, Aveiro e Leiria. A direcção para se encontrar entre eles tem sido um problema; para se encontrarem com os músicos, outro problema. E tudo isto cria de facto, dificuldades de relacionamento de pessoal e limita bastante a capacidade de intervenção da direcção. Mas por isso, com toda a franqueza, é que eu não falei muito da orquestra*

*ou quase nada. Preferia que isto tivesse passado despercebido, para ver se o mau tempo passava. Portanto, a ideia foi essa: foi não falar muito no assunto, que eu espero que venha a correr bem; neste momento não está a correr bem.*

*Quanto ao trânsito. Eu se fosse deputado municipal também teria a mesma reacção que teve. Eu acho que já se anda a ouvir falar deste estudo há muitos anos nesta Assembleia e pelos vistos o estudo nunca cá veio. A explicação é a seguinte: o estudo ainda não está aprovado e tem três fases. Estamos neste momento com a segunda fase, se não estou em erro, que ainda por cima tem que ser ajustada, porque, como sabem, desde que abriu ali a rotunda da Sé e agora com a abertura do Centro Comercial Fórum, as variáveis com base nas quais aquele estudo tinha sido elaborado têm que ser revistas, porque há de facto uma alteração dos fluxos de trânsito. E é essa a razão. Se alguém o quiser consultar, eu penso que a Câmara não tem nada a esconder. É um estudo, vai evoluir; torna a evoluir; vai sofrer adaptações. Portanto, se alguém tiver um especial interesse em consultá-lo, penso que a Câmara pode facultá-lo.*

*A reabilitação dos STUA e a revisão do sistema dos transportes públicos urbanos que oferecemos, também é uma das nossas preocupações. Ainda não houve tempo para tudo, mas penso que isso deverá ser integrado no quadro mais geral, por um lado do próprio estudo do trânsito que está a ser elaborado e pela primeira vez nós estamos a associar os técnicos dos STUA ao estudo do trânsito, o que não era feito até aqui, com prejuízo manifesto para as soluções encontradas e mal está criado entre as pessoas, com os futuros parques de estacionamento, com os mini-bus e com o estudo dos percursos novos a criar e que pela leitura dos números que me fez, não estão a ser boas opções, as últimas que foram tomadas.*

*Quanto à auto-escada para os bombeiros, é uma coisa que nos preocupa. De facto, já há edifícios em Aveiro em relação aos quais os bombeiros não têm meios para chegar. Estamos atentos a isso e esperamos encontrar formas de adquirir uma grua que possa servir as duas corporações.*

*O PP da frente ria de S. Jacinto, não está esquecido, está integrado no plano de urbanização de S. Jacinto, que infelizmente está há dez anos a ser estudado. De facto, houve planos na gerência anterior que se eternizaram. E portanto, o plano da frente ria está integrado nesse plano de urbanização, está a ser tratado de uma forma autónoma para que não se protele ainda mais o processo como estudo urbanístico e tenho esperanças que muito brevemente isto chegue a seu termo, porque já tivemos uma ou duas reuniões de trabalho sobre eles e as coisas estão, penso eu, suficientemente maduras para que nos próximos tempos possam ser concluídas.*

*Europa dos Pequeninós. Em que ponto concreto está? Eu, quando cheguei à Câmara, e disse isto aqui na primeira assembleia, a Fundação Bissaya Barreto podia ter rasgado o protocolo porque ele não vinculava ninguém. Só passou a vincular quando foi ratificado por esta Assembleia. Isso foi feito. Depois tive reuniões com a Fundação Bissaya Barreto e entretanto, há duas semanas fiz outra coisa que eu não considerava também possível de acontecer, mas que tinha acontecido, é que os terrenos que já estavam prometidos de comprar aos marnotos, as marinhas, e que nós no protocolo já tínhamos prometido passar para a Fundação, ainda não tinham sido comprados. Pior do que isso: nem um sinal, nem cem escudos, nem duzentos, nem três contos, nem quatro, cinco; nem um centavo ainda tinha sido dado aos nossos marnotos. Ou seja, no dia seguinte eles podiam ter ido vender imediatamente as marinhas a terceiros e os compromissos assumidos no quadro do protocolo, tinham ido por água abaixo. Portanto, isto foi gerido, de facto, com alguma indisplacência. E portanto, também paguei parte do preço para ver se as marinhas não fogem.*

*O ponto da situação, além disso, é de que neste momento tenho uma reunião agendada com a Direcção Geral do Ambiente, que também nunca tinha sido ouvida (é outro pormenor que também convém que esta Assembleia saiba), para tentar fazer uma coisa, que é: aterrar o menos possível as marinhas que têm que ser aterradas, puxando um bocadinho a Europa do Pequeninos para uma zona que já está aterrada. Isto implica que a Fundação esteja de acordo; implica que o Ambiente considere que isso é preferível a aterrar a marinha. E é este o ponto da situação. Espero, se houver acordo, que as coisas se encaminhem depois no bom sentido.*

*A Expo 98. Eu escrevi que está assegurada e de facto está garantida, foi assinado um protocolo com a direcção do parque Expo e concretamente do pavilhão do território e foi assinado o protocolo entre as entidades que promoveram, do ponto de vista técnico, temático e político, este projecto. Se era uma prioridade, eu diria: um Presidente da Câmara de Aveiro que tem arqueologia submarina, uma ria destas de 40 Km à porta, que teve 80% da frota de pesca longínqua inscrita aqui em Aveiro e com incidência na economia local, com tradições na construção naval, um Presidente da Câmara de Aveiro que não fizesse nada por ter uma presença na Expo, cujo tema é os oceanos, eu gostava de ver a opinião dos Senhores Deputados se eu tivesse pura e simplesmente cruzado os braços ou dissesse que não era uma prioridade. Estávamos a quatro meses da Expo, foi possível em tempo record organizar um projecto que neste momento é dos projectos mais interessantes que o pavilhão do território lá tem e que esperamos que venha a agradar às pessoas. Tem os seus custos, é evidente. Para a Câmara Municipal de Aveiro, neste momento ainda não sei quanto é que vai custar. É que há um custo que é o custo do Web Site e do CD Room, que temos a previsão que custará dezasseis mil contos, mas cujas despesas ainda vão ser partilhadas entre nós, pela Universidade e eventualmente outras entidades. E neste momento, porque as coisas foram conduzidas de forma hábil, é este o custo. O resto, conseguimos arranjar outros patrocínios, arranjámos um patrocínio de 15 mil contos do SIMRIA e o CET também aceitou patrocinar a parte dele, que é importante, o próprio pavilhão patrocina também tudo o que seja as nossas despesas lá e portanto, eu acho que é um custo francamente contido e mesmo reduzido, se pensar num impacto e nos larguíssimos milhares de pessoas que vão ver a ria de Aveiro na Expo.*

*Feira de março. Choveu imenso como sabe, nós tivemos até dois encontros com os feirantes e com os vendedores solicitando ou uma prorrogação de prazo ou uma diminuição das taxas cobradas porque as receitas foram aparentemente inferiores. Os números que foram apurados, foram os seguintes: a Câmara Municipal de Aveiro recebeu doze mil contos e os Bombeiros velhos e os Bombeiros novos receberam dezassete mil. Portanto, os bombeiros acabaram por receber mais do que a Câmara Municipal. O que quer dizer que, não obstante entendermos que os bombeiros precisam de mais apoio e não tem sido regateado esse apoio, paulatinamente caminhamos para um aumento da contribuição municipal e isso, portanto, faz-nos ter a consciência tranquila, tal como perguntava.*

*Sobre a organização e funcionamento, se houve diagnóstico prévio. As chefias e as pessoas que vieram ocupar funções trata-se de preenchimentos de lugares que estavam vagos há muito tempo e que não exigia propriamente o diagnóstico prévio. Eram faltas evidentes. Era o Director/a dos Serviços Administrativos e Financeiros, que está vago; temos vago o Chefe de Divisão dos Armazéns Gerais e o Chefe de Divisão dos Serviços Financeiros. Para o preenchimento dessas vagas, nós não precisamos de diagnóstico prévio no sentido de que sabemos que elas fazem muita falta e o diagnóstico está feito. Mas, o que é verdade também é que o diagnóstico*

*sobre a reformulação da orgânica da Câmara e das suas necessidades tem vindo a ser feita há dois anos a esta parte, não é sequer desta Câmara; estamos agora a reavaliá-lo de novo, introduzir pequenos ajustamentos e portanto, será implementado já com uma reflexão de dois anos, na qual foram ouvidos os próprios serviços e penso que será do agrado de toda a gente.*

*Quanto aos mil e vinte e um contos da conta de gerência, não tenho presente agora se se trata de despesas correntes ou de despesas de capital, mas vou informar-me e na reunião dir-lhe-ei.*

*E quanto à questão de saber como é que vamos financiar a municipalização dos canais, eu julgo que por um lado, podemos reclamar que as taxas que são geradas nesse espaço e que são actualmente receita da JAPA, possam ser afectadas aos recursos e às finanças municipais, mas é preciso quantificá-las e saber se isso é suficiente ou não. Depois naturalmente, vamos ter que contar com participações do governo, sempre que for necessário fazer obras do género das que estamos a fazer agora e para aí há as verbas comunitárias que já actualmente existem. Portanto, não há aí nada de extraordinário. Enfim, vamos esperar que com o aumento de receitas que esta Câmara pensa fazer e que esta Assembleia, temos expectativa que possa aprovar mais tarde, sobre algum dinheiro para animar devidamente isto."*

Vogal Rogério Madaíl:

*" Sr. Presidente, queria que me respondesse a uma questão, que eu achava como reportava de importante para compreensão depois da revisão do orçamento, eu permitia-me vir outra vez com ela à baila, que é o seguinte: Estão ou não as despesas incluídas. Um milhão e vinte e um mil contos, estão ou não incluídos na conta de gerência de 1997? Portanto, aquelas despesas que encontram lá, elas estão lá metidas ou não?"*

Presidente da Câmara:

*" Estão."*

Vogal Rogério Madaíl:

*"Portanto, já lá estão incluídas.*

*Depois, quanto às medidas de saneamento económico-financeiro, existe um plano financeiro, seria possível apresentarmos o plano financeiro para ver, porque o problema não é só da capacidade financeira em termos legais mas essa é a essencial libertação de meios para fazer face ao serviço da dívida."*

Presidente da Câmara:

*"Eu penso que foi distribuído o mapa de endividamento e portanto, a capacidade da autarquia honrar os seus compromissos durante todo o prazo dos empréstimos. Além disso, para que tivesse um plano financeiro mais elaborado, faltaria por exemplo, uma coisa que nós ainda não trouxemos à Assembleia, mas que esperamos trazer nos próximos tempos, que é um aumento das receitas numa componente que ainda não foi falada hoje, nem aparece aqui referida que é nas taxas. Como sabem, as receitas da Câmara provêm de várias fontes. Aquelas onde nós podemos mexer e partindo do princípio que aquelas que foram prometidas pelos estado ainda podem demorar algum tempo a chegar, aquelas onde podemos mexer são as taxas. E temos neste momento um estudo e mais do que estudo, já uma proposta muito concreta para alterar as taxas de uma forma que permitiriam o aumento de receitas significativo. Isso, como sabem é uma questão que tem que ser primeiro aprovado em Câmara e*

*estamos a trabalhar nisso, terá que ser submetido à Assembleia e terá que ser submetido a inquérito público. Se na Câmara decidirmos que essa proposta é boa, vamos submetê-la a inquérito público e essa é uma componente que nos falta para poder apresentar um plano financeiro perfeito e acabado com todas as variáveis a actuar.”*

Vogal Manuel António Coimbra:

*" A propósito da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria de frisar duas ideias:*

*No que diz respeito à orquestra regional. A orquestra regional é um projecto de Aveiro; é dos poucos projectos que Aveiro tem e que Aveiro se pode afirmar. Eu acho que Aveiro se tem de afirmar pela positiva. Nós temos é que fazer coisas que os outros não façam e não estarmos a guerrear os outros e vermos se os outros estão a fazer melhor que nós ou pior que nós. Nós temos que fazer as nossas coisas. Aquilo que fazemos e que nos metemos, temos que fazer bem. E por isso, eu penso que o futuro da orquestra pode ser o futuro daquilo que nós queremos para Aveiro. Por isso, a orquestra é uma ideia de Aveiro, é dos aveirenses e o seu sucesso de certeza que se reflectirá no sucesso da região de Aveiro. Ou seja, quer a nível da cidade, seja a nível do concelho, seja a nível do distrito, seja a nível daquilo que nós quisermos. Mas, uma coisa eu penso que não podemos dissociar da outra. E por isso, o facto de aparecer nos jornais que há problemas de orquestra, que a direcção não se entende com os músicos, que os músicos não se entendem. Esses problemas todos mostra a debilidade que é Aveiro. E isso é mau e era bom que nós de partida, à raiz pudéssemos cortar esses problemas e termos uma orquestra à semelhança daquilo que nós queremos fazer da região de Aveiro.*

*Um segundo ponto que gostaria de tocar, diz respeito ao estudo do trânsito. É claro que um estudo é sempre dinâmico, claro que está sempre desactualizado. Quando se fizer um estudo do trânsito, vai estar desactualizado de certeza. Agora, ainda bem que está desactualizado, quer dizer que a cidade progride. Agora, alguma vez tem que se fazer. Nós temos é que acabar de uma vez por todas de fazer pequenos remendos. E penso que vamos ter aí uma altura em que vai haver uma grande modificação a nível do trânsito, acabada a construção do Aveiro Fórum. Eu penso que, é altura certa, é nós anteciparmos esse caos que poderá acontecer no centro da Cidade e na altura própria nós podemos fazer uma intervenção prevendo já o futuro para que não hajam problemas. Por isso, esse estudo do trânsito não pode ainda só estar na segunda fase e vamos estar à espera da terceira e depois vamos estar à espera de mais ... . É dinâmico, mas vamos intervir e vamos intervir de uma forma concertada. Eram estes dois comentários."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Branco Pontes.

Vogal Henrique Diz:

*"Eu vou ser muito breve, garantidamente, Sr. Presidente. Se me permite um comentário inicial para a Mesa, talvez nós devêssemos começar as reuniões cerca da meia noite, uma vez que o silêncio nesta sala é muito superior e nós podemos ouvir as intervenções de toda a gente.*

*Por outro lado, também, como reparou, o número de toques de telemóvel diminuiu, mas eu fico grato em saber que os meus colegas têm um nível de ocupação tão elevado que até à meia noite têm sempre o telemóvel em funcionamento.*



*Mas, independentemente disso, permita-me Sr. Presidente, que eu diga que o Sr. Presidente prestou um mau serviço à causa da Cidade Digital. E prestou um mau serviço porque a forma como fez a sua defesa foi, permita-me que lhe diga, de facto bastante fraca. Aquilo que o Sr. Presidente disse, que era possível fazer-se com a Cidade Digital, não requer de forma nenhuma um décimo dos possíveis investimentos que eventualmente o Sr. Primeiro Ministro e o Sr. Ministro do Equipamento e de várias outras coisas aqui terão vindo anunciar. Isso é algo que é pão nosso de todos os dias. Não vale a pena estarmos a fazer grandes flores com coisas que são vulgaríssimas. Portanto Sr. Presidente, lamento muito, a Cidade Digital eu espero que seja bastante mais do que aquilo que o Sr. Presidente anunciou.”*

Vogal Jorge Nascimento:

*“ O Sr. Presidente da Câmara, a meu ver, nas respostas a algumas questões é pouco preciso. E uma delas que eu me recordo agora foi uma afirmação que fez que eu não gostava que pairassem dúvidas, gostava que fosse mais pormenorizado. Resposta essa que, para a subentender, o Executivo anterior (e não estou particularmente interessado em defender o executivo anterior), não deve ser chamado à liça. Mas o Sr. Presidente chamou-o e muitas vezes isso depois tem conotações que a meu ver gostava que fossem realmente esclarecidas. O Sr. Presidente disse que, quando chegou encontrou um protocolo a propósito da Europa dos Pequenitos que não tinha qualquer força vinculativa e portanto, dá a entender, pelo menos eu assim o entendi que se não fosse o Sr. Presidente, adeus Europa dos Pequenitos. E eu pergunto: Será isso verdade?*

*Mas, antes de obter a resposta do Sr. Presidente eu antecipo já. Eu penso que a Fundação Bissaya Barreto é uma instituição séria, que se preza e que provavelmente deu a sua palavra para aqui ser instalada a Europa dos Pequeninos. E prezo igualmente como séria a Câmara Municipal de Aveiro, sejam quais sejam os seus representantes, designadamente os anteriores. E portanto, quando aceitaram que fosse aqui instalada a Europa do Pequenitos, também procederam seriamente. E permito-me também lembrar o que o Sr. Presidente bem sabe, que o peso das instituições e a palavra, a honra, muitas vezes despensa protocolos feitos com o rigor técnico e penso que o Sr. Presidente quando diz, não tinha força vinculativa, está a interiorizar um documento tecnicamente bem elaborado, com todas as cláusulas, sem escapatórias, normalmente subterfúgios contratuais. E penso que se se pode pôr ao nível dos particulares não se deve pôr, sob pena de se quebrar o respeito pelas instituições (e penso que não é esse o sentido que o Sr. Presidente quer imprimir à sua resposta). Penso portanto, que com o Sr. Presidente ou sem ele (e é isso que importa sublinhar) era que a resposta que o Sr. Presidente desse clara e inequivocamente era se o projecto Europa dos Pequeninos ia ou não iria avante. E apesar (admito) da falta de rigor técnico de um documento, tal e qual ele estava, que eu não conheço, mas que acredito piamente naquilo que o Sr. Presidente diz.”*

Vogal João Barbosa:

*“Sr. Presidente, eu gostava muito sinceramente de felicitar o Sr. Presidente da Câmara ao vir a esta Assembleia dar conhecimento do preenchimento de vagas. Eu felicito-o porque não estávamos habituados a isto, estávamos habituados, sim, a ver as pessoas dentro da Câmara a ser promovidos os filhos, os enteados, os sobrinhos e até algumas vezes de papel em branco e éramos obrigados a engolir em seco. Parabéns Sr. Presidente da Câmara.”*

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Júlio Braga Alves.

Presidente da Mesa:

*"Muito obrigado. O regimento não prevê direito quadrúplica. Não prevê, mas enfim, já que estamos aqui numa de liberalismos, se o Sr. Presidente da Câmara ainda quiser dizer qualquer coisa, faça favor.*

*O Sr. Deputado Diogo Machado, quer falar? Faça favor."*

Vogal Diogo Machado:

*"Sr. Presidente, inicio a minha intervenção com uma interpelação. Um ponto de ordem à mesa dizendo que, no período de inscrições a seguir à intervenção do Sr. Presidente da Câmara nos inscrevemos os dois, o Dr. Jorge Nascimento e eu próprio, por ordem sequencial, tendo-se verificado, como é natural até por um respeito hierárquico que o primeiro a levantar o dedo foi o meu colega de bancada, Dr. Jorge Nascimento, e o segundo fui eu. Eu não tenho absolutamente responsabilidade nenhuma na desatenção dos Secretários da Mesa.*

*Ultrapassado que está o fait-divers, eu gostaria só de fazer três requestões:*

*A primeira, Plano de Pormenor de S. Jacinto - está integrado de uma forma autónoma no Plano de Urbanização de S. Jacinto, mas repara-se que pelo menos num documento que nos é proposto neste Executivo e que será futuramente algo de especial ainda nesta Assembleia, são retirados seiscentos contos para a elaboração do Plano de Pormenor de S. Jacinto. Isto é claro, é óbvio, toda a gente viu. Não se pode agora falar em alhos e amanhã justificando outro documento, a propósito da mesma coisa, falar de bugalhos.*

*Ponto um, digam-me que plano integrado num plano abrangente de urbanização de S. Jacinto é este, que até se vê espoliado ou expropriado por seiscentos contos que estavam previstos para a realização do Plano Pormenor para a frente ria de S. Jacinto.*

*Ponto dois, Europa dos Pequenitos. Obviamente que o Sr. Presidente, atento como está aos problemas que o rodeiam e que norteiam a sua acção, inseriu no orçamento ou na revisão orçamental setenta mil contos para a compra das marinhas. Porque as marinhas podiam fugir. Pergunto-lhe eu muito directamente: Havia mais algum comprador para as marinhas que não a Câmara Municipal de Aveiro? Então não se afirme que as marinhas podiam fugir. Para se afirmarem que as marinhas estavam em risco de ser vendidas ou revendidas e que o projecto estava em risco por causa disso, é preciso dizer-se que havia outros compradores para as marinhas, ponto um.*

*Ponto dois - A pergunta que eu fiz em relação à Expo 98, versava claramente e apenas uma tranquilização que eu acho que é importante e que pelo menos, eu próprio, enquanto deputado municipal eleito para esta Assembleia necessito. E essa tranquilização é apenas e só ouvir da boca do Sr. Presidente da Câmara, coisa que não aconteceu, que projecto da Europa dos pequenitos vai avançar. E o Sr. Presidente não disse isso. O Sr. Presidente terá dito, alegadamente, que o projecto Europa dos Pequenitos, se a Fundação Bissaya Barreto aprovasse uma nova localização proposta ou a propôr pela Câmara Municipal de Aveiro em estreita colaboração ou consonância com a Direcção Geral do Ambiente, iria para a frente. E eu pergunto: se não aprovar o que é que acontece? O projecto aborta ou não?*

*Em terceiro lugar, a Expo 98. Sim senhor, Sr. Presidente, considero que a definição das suas prioridades, neste caso, tem o meu total apoio, acho importante que essa participação se faça. A intenção da minha pergunta foi apenas e só obter a resposta que o Sr. Presidente me deu, que era dizer-me que nesta altura, tal e qual eu já sabia,*

*que o Sr. Presidente ainda não tinha quantificados os custos da participação de Aveiro, no pavilhão do território da Expo 98. Não tem, o Sr. Presidente disse-o claramente aqui nesta Assembleia.*

*Em quarto lugar, Sr. Presidente, apenas para lhe dizer que com isto termino muito calmamente (porque não gosto muito de me exaltar, às vezes exalto-me, estupidamente até) para lhe dizer o seguinte: Esta Assembleia, Sr. Presidente, aprendi eu quando para cá entrei, logo nas primeiras reuniões a que assisti, calado, que era a casa da palavra. Mais uma vez cito alguém que hoje transitou para a bancada da vereação, meu ilustre amigo, Eng<sup>o</sup> Cruz Tavares, e que me deu o primeiro ensinamento acerca do funcionamento deste órgão: Esta Assembleia é a casa da palavra. E nesta casa que é da palavra e que é nossa, todos nós, até o Sr. Salavessa, podemos usar da palavra nesta casa que é nossa, todos nós temos o direito que nos assiste pelo voto popular, a questioná-lo a si, Sr. Presidente da Câmara e a qualquer um dos elementos da vereação sobre aquilo que muito bem nos pareça, sobre aquilo que muito bem nos sejam necessários esclarecimentos. O Sr. Presidente da Câmara não tem, nem eu lhe reconheço autoridade para não dizer mais, nem sequer tente nunca mais, Sr. Presidente, classificar a maturidade das perguntas. Porque quando o Sr. Presidente diz: “qualquer pessoa madura (e esta vai ouvi-la até ao fim) não faria uma pergunta dessas”, primeiro está a classificar coisa que não pode nem deve. E depois, em resposta àquilo que o Sr. Presidente disse, digo eu também que qualquer Presidente da Câmara maduro, experiente e minimamente hábil politicamente, nem sequer levantaria lebres que o Sr. já levantou nesta e noutras reuniões e que nós, agora sim magnanimamente, nem sequer lhe quisemos tocar, Sr. Presidente. Parece-me que o que está aqui em causa é a sua falta de jeito natural que eu acredito que se recomporá com o tempo ou se aperfeiçoará com o tempo, para lidar com a oposição.*

*Com isto termino, apenas dizendo que espero que futuramente a relação bi-unívoca em prol desta cidade e deste concelho entre o Presidente da Câmara (nomeadamente, excludo disto o restante executivo, como é óbvio e evidente e salta aos olhos de toda a gente) e esta Assembleia Municipal que por uma ordem natural das coisas, tem a oposição em situação, que esse convívio seja saudável, que seja entendido por todas as partes como necessário e que dele se possa aproveitar e retirar aquilo que tem que ser retirado.”*

**Vogal António Salavessa:**

*“Há graças e há graças, e há graças que por se repetirem começam a ser excessivas. Eu queria dizer claramente a esta Assembleia, ao Sr. Presidente e a quem quiser, o seguinte:*

*Há nesta Assembleia, cinco deputados que foram eleitos com menos votos do que eu, através do método de Hondt. O meu mandato é o vigésimo segundo mandato desta Assembleia. Com menos votos estão aqui dois deputados do PS, dois deputados do PSD e um deputado do PP. Se formos aos Presidentes de Junta, que estão aqui legitimamente, apenas dois Presidentes de Junta aqui estão em resultado de uma votação superior àquela que teve o PCP. Por isso, basta de brincadeiras, estou aqui legitimamente, não me estão a fazer favor nenhum e é em favor dessa legitimidade que eu intervirei sempre que entender desde que esteja de acordo com a lei e com o regimento.”*

**Presidente da Mesa:**

*"É evidente que o deputado António Salavessa tem os direitos que tem, mas pensei que isso tivesse sido uma blag, mas enfim, cada um tem a sensibilidade que tem."*

Presidente da Câmara:

*"Sobre a Orquestra, a última questão ali colocada pelo Sr. deputado Manuel Coimbra, eu continuo a dizer: a debilidade não tem sido de Aveiro. Aveiro tem acarinhado a orquestra e tem sido excedível em intenções para com a orquestra. Infelizmente, outras cidades há, e não vou referir nomes, que têm tido uma atitude que do ponto de vista cultural é mesquinha, é provinciana, só pelo facto da sede da orquestra nestes primeiros anos não ter sido instalada lá.*

*Depois a observação sobre o mau serviço que eu teria prestado à Cidade Digital com os exemplos que dei, Sr. Professor. Mas viu que ainda há bocado o que me foi pedido é que eu desse exemplos. Portanto, eu poderia ter ido mais longe, embora não seja a minha área, mas quis apenas dar exemplos que fossem compreendidos por toda a gente. Pelos vistos foram excessivos para uns e foram insipientes para outros, mas isto, a vida é assim mesmo.*

*Não respondi, e não queria deixar de o fazer, ao Sr. Barbosa, Presidente de Junta da Freguesia da Vera-Cruz, a propósito do Plano de Sá-Barrocas. De facto, o Plano de Sá-Barrocas está muito avançado, está quase pronto e o Sr. Presidente da Junta será ouvido para dar a sua opinião.*

*Quanto ao plano de pormenor de S. Jacinto, que foi uma questão ali suscitada pelo Sr. Deputado Diogo Machado. De facto retiraram seiscentos contos, porque, se esteve atento à primeira parte que eu disse, eu disse que a parte da frente ria tinha deixado de ser um plano para passar a ser um estudo urbanístico. E portanto, foi possível retirar essa verba que estava canalizada para um plano de pormenor. É essa a explicação técnica.*

*Europa dos Pequenininos, se havia outros compradores. Mais uma vez o Sr. Deputado Diogo Machado. Nós todos somos bem formados aqui, mas se um esperto desta terra ou de outras terras soubesse que aquelas marinhas estavam por comprar e por ser sinalizadas, imediatamente comprava as marinhas e depois nós íamos ter que as comprar muito mais caras, porque aquilo era um projecto indispensável para Aveiro nas suas próprias palavras e portanto, era uma irresponsabilidade completa ter aquelas marinhas por sinalizar.*

*Expo 98. Eu não disse que não tinha quantificadas as contas, o que a Câmara ia pagar. Eu disse que, como já sei que estão dezasseis mil contos ainda por pagar, que ainda não está calculada a parte de cada um nesses dezasseis mil contos. Não será mais do que isso, será sempre menos porque vamos partilhar essas contas com a Universidade e provavelmente uma outra entidade.*

*Finalmente, em relação às lições que o deputado Diogo Machado me tenta dar sempre, sobre o que é uma Assembleia. Eu tomo-as como lições porque o Diogo adopta sempre uma atitude muito professoral quando dá as suas opiniões a este respeito. Não tem é o direito de fazer insinuações, de ser mal educado, de insultar, de dizer disparates. Todos têm o direito de falar e cada um usa esse direito de falar para dizer as coisas que quer e para revelar a maturidade que tem.*

De imediato o Sr. Presidente da Mesa deu início ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

## **PONTO N.º 2 - CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA RELATIVOS AO ANO DE 1997**

Presidente da Câmara:

*"Na nota introdutória tem uma gralha que eu me penitencio antecipadamente, antes que me torturem por ela, logo na nota de apresentação.*

*A minha atitude é de algum desconforto formal aqui, mas de total clareza política. A situação como sabem, é a seguinte:*

*Trata-se de um Relatório e de uma Conta de Gerência relativo ao ano de 1997, data em que havia uma outra equipa no Executivo e portanto, devendo formalmente apresentar este Relatório, politicamente eu não o posso subscrever por razões que são evidentes e que me escuso de repetir. Mas penso que o devemos aprovar formalmente, porque é com base nele que instrumentos importantes para as decisões que vão ser tomadas no futuro, se vão alicerçar."*

Vogal Britaldo Rodrigues:

*"A minha preocupação é a seguinte: é nos proposta uma aprovação, de facto, destes documentos. Lendo a Conta de Gerência pouco haverá a dizer, no entanto, ao apresentar-se um documento que creio que é o ponto 3 da ordem de trabalhos e que se refere a um empréstimo, temos uma página em que se diz algo que me preocupa. É que de facto diz-se aí que, com efeito, a relação de encargos assumidos e não pagos identifica-me dívida global de oitocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e trinta e sete contos, a entidades privadas e cento e setenta e um mil seiscentos e trinta e quatro a entidades públicas, num total de um milhão vinte e um mil e setenta e dois contos. Tal montante não expressa a realidade financeira de curto prazo, pela simples razão que a partir de meados de Dezembro de 1997, os serviços de contabilidade deixaram de proceder à cabimentação e subsequente processo de todos os documentos a débito do município. Tal opção, tecnicamente discutível foi justificada quer pela inexistência de meios de tesouraria que permitissem a realização de pagamentos em 1997, quer pelo facto de certas verbas orçamentais se encontrarem esgotadas ou rapadas, obrigando a constantes alterações rubrica a rubrica. O facto é que esta opção técnica desvirtuou o real estado da tesouraria, porquanto são rigorosamente ignoradas centenas de milhares de contos de facturas já então de posse dos serviços. Isto quer dizer o seguinte: Se aqui, enfim, isto é aprovado naturalmente, inclusivamente pelo actual município, esta Conta de Gerência, por outro lado, noutro documento tomamos conhecimento deste facto. Eu dá-me impressão que portanto, me parece haver aqui alguma irregularidade. Uma irregularidade que, a existir, merece que tenhamos alguma atenção porque, enfim, tanto quanto eu sei, não se podem fazer despesas públicas sem cabimentação, portanto a cabimentação não se fez. Também, aparentemente julgo que qualquer entidade ou pessoa com responsabilidades públicas, a partir do momento em que verifica uma irregularidade, se aprova essa irregularidade é corresponsável por ela e portanto seremos nós todos. E nesta perspectiva e porque de facto, repare-se que o que eu estou a dizer aqui é uma irregularidade, não há aqui nenhuma dúvida de verbas mal usadas, é uma irregularidade só e apenas (pomos as coisas nos seus devidos termos). Essa irregularidade a existir, de facto, se a Câmara e o Sr. Presidente aprovaram e nos põem à consideração esta Conta de Gerência é por que de facto, conseguiram informar-se de que esta irregularidade era de menos importância (não sei se terão tido alguma opinião do tribunal de contas ou não sobre isto). Mas de facto, eu gostaria de ter a capacidade de, se votar favoravelmente, saber que não possa ser corresponsável por uma irregularidade."*

Vogal António Salavessa:

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados. De facto, penso não me alongar muito na discussão do relatório e contas do ano passado, até por razões que estão perfeitamente adquiridas, nomeadamente a alteração significativa na composição da Câmara Municipal.*

*Mas esta alteração significativa, que tem a ver com quem detém a Presidência e com a maioria da Câmara não impede que se reconheçam elementos de continuidade, nomeadamente ao nível das forças representadas e mesmo de pelo menos dois vereadores (seriam três se não fosse a suspensão do vereador Belmiro Couto).*

*Mas não posso aceitar aquilo que vem escrito nas deliberações da Câmara relativas a estes dois documentos. É que, se é verdade que a gestão do ano passado é da responsabilidade de outra maioria e de outro Presidente, o que é verdade também é que quer o relatório quer as contas são da responsabilidade desta Câmara, desta maioria e deste Presidente pois todo o processo de elaboração quer do relatório quer das contas decorreu já no actual mandato.*

*Esta Câmara pode demarcar-se das opções e das políticas que levaram ao relatório de actividades referente a 1997 que hoje nos apresentam ( e até podia aproveitar o relatório para deixar clara tal demarcação) mas não pode dizer que se trata apenas de uma aprovação formal. Este é o relatório que esta Câmara faz da actividade desenvolvida pela cessante em 1997.*

*Com que autoridade é que a Câmara apresenta à Assembleia Municipal um relatório de Actividade que segundo ela é apenas uma formalidade?*

*É por tal razão que proponho a esta Assembleia que devolva este documento pelo mesmo caminho, que o rejeite por coerência.*

*Segundo a Lei apenas podemos aprovar ou rejeitar, sem qualquer alteração aquilo que nos é proposto e o que nos é proposto pela Câmara não é nada sério. E tenhamos consciência que nenhuma consequência resulta para o município do facto de a Assembleia rejeitar o Relatório de Actividades. Não aprovou - ponto final.*

*Quanto às contas a situação é ainda mais absurda, e passo a citar a deliberação "seguidamente foi declarado por todo o executivo, à excepção do Sr. Vereador Celso Santos que, tratando-se de um documento resultante da actividade desenvolvida pelo anterior executivo, aprovam formalmente o mesmo, não podendo subscrever politicamente o seu conteúdo."*

*Meus senhores, não estamos agora a tratar de um relatório de actividades, mas sim da prestação de contas de uma entidade pública - a Câmara Municipal de Aveiro. Ou a Câmara assume estas contas como certas, correspondendo à realidade das receitas arrecadadas e das despesas efectuadas, bem como das dividas em carteira e outros aspectos que nela estão relatadas, e nos apresenta estas contas sem qualquer reserva ou então não as podemos aprovar.*

*Na prestação de contas, elaborada na vigência desta Câmara, não se pode proceder a aprovações formais sem subscrever politicamente o conteúdo. Contas são contas.*

*Aliás o Sr. Presidente da Câmara tem-se baseado em larga medida nestas contas para nos falar repetidamente acerca da dimensão da dívida do Município.*

*Mas há outra razão pela qual, mesmo que quisesse, não poderia aprovar estas contas e vou dizê-lo bem alto.*

*Diz-se, a páginas não sei quantas, porque não existe uma numeração para todo o volume, na relação dos encargos assumidos e não pagos, que o Município deve a António Manuel dos Santos Salavessa a quantia de 83.560\$00 por abonos diversos. Não sei se existe por aqui outro António Salavessa, mas penso que não. E juro que a*

*este que aqui está perante a Assembleia, a Câmara Municipal não deve nem um tostão relativo ao ano passado. A Câmara pagou e eu recebi tudo. Se fosse apenas uma senha (menos de 6 mil escudos) ainda admitia que pudesse existir qualquer lapso - mas agora 83 contos ... não pode ser.*

*E partindo do meu exemplo será que a Câmara deve mesmo qualquer verba às pessoas que vou referir?*

*António Dinis Correia - 41.000\$00 ; Armando Vieira - 17.900\$00; Carlos Filipe Neto Brandão - 53.000\$00 ; Custódio Ramos - 29.000\$00; Fernando Tavares Marques - 11.900\$00; João Gabriel Fernandes - 5.900\$00; João Pedro Simões Dias - 59.000\$00; Jorge Nascimento - 11.900\$00; José Maria Dias da Silva - 5.000\$00; Manuel da Cruz Tavares - 53.000\$00; Manuel Rodrigues Simões - 11.922\$00; Manuel Simões Madaíl - 5.900\$00; Nuno Tavares - 29.000\$00; Raúl Martins - 17.900\$00; Rogério Leitão - 29.000\$00; Victor Mangerão - 41.000\$00.*

*Estou convencido que o que se passa comigo passa-se com todas as pessoas que eu aqui acabei de citar. Só com a leitura desta relação devo ter contribuído para uma diminuição da dívida da Câmara em cerca de 500 contos - e ainda fala o Sr. deputado Carlos Candal nos 250 contos que custa cada reunião da Assembleia.*

*Ora que credibilidade pode merecer a relação de dívidas perante estes elementos que aqui trago.*

*Que credibilidade podem ter as contas perante a existência de verbas que foram pagas e são dadas como não pagas.*

*Regressem por isso as contas à Câmara Municipal, com o nosso voto negativo, para que sejam reformuladas e para que sejam assumidas.*

*Também daqui não resulta para o município nenhum problema maior do que a apresentação de contas incorrectas."*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Rogério Madaíl:

*" Antes de abordar os pontos que eu tinha previsto, na sequência da intervenção do Sr. Salavessa, punha aqui uma questão ao Sr. Presidente. Será que terá sido feita uma circularização das dívidas junto de terceiros? Eu penso que quando se faz um levantamento das dívidas de alguma organização, começa-se por aí. E ao terem feito a circularização das dívidas junto de terceiros, teriam visto que talvez alguns credores consideravam-se já liquidados. Era importante que isso fosse feito.*

*Também comungo das preocupações do Sr. Professor Britaldo e junto ainda mais a seguinte: nas contas apresentam como encargos assumidos e não pagos um milhão e vinte um mil contos. Na comunicação que o Sr. Presidente apresenta relativamente aos empréstimos, no anexo ao empréstimo, na página 02 diz que em dez de Fevereiro já vai em um milhão e quinhentos mil. Então nesse caso, vamos pôr as contas correctas, quer dizer, então onde é que ficamos?*

*Quando se apresentam contas, deve-se utilizar sempre a última versão. Actualizar. Isto já foi feito depois de dez de Fevereiro, creio eu. Portanto, deve-se fazer uma actualização em relação à última data."*

Vogal Raúl Martins:

*" Queria dizer, Professor Britaldo, o seguinte: Lembra-se certamente, que eu numa comunicação ao país, anterior a esta Assembleia, lhe tinha dito que existiriam alguns problemas. O Sr. até levantou logo: ilegalidades, têm de ser provadas. É claro que há*

*ilegalidades formais e outras menos graves. O que é que acontece aqui e é por isso que se pode conjugar isto tudo?*

*Primeiro, uma coisa que se demonstra perfeitamente pela leitura destes documentos. É que efectivamente no Executivo anterior existia, nestes termos, um total desregulamento, uma total incapacidade ... . Enfim, aqueles serviços eram o fim do mundo. Depois, a tal irregularidade que diz é feita de uma forma mais subtil, isto é, as facturas não estão cabimentadas porque não entram as facturas. Isto é, as facturas entram com data de 01 de Janeiro. Isto é, diz-se ao empreiteiro: Não há dinheiro, escusas de mandar para cá facturas que a gente não te paga, as facturas vão para trás, manda a factura com data de 01 de Janeiro.*

*Penso que isso já responde também à preocupação do Sr. Dr. Rogério Madaíl que em quinze dias, aumenta a dívida de um milhão e vinte e um mil contos, para um milhão e quinhentos mil contos. Todas as facturas de obras que já estavam feitas e não sei quantas mais foram paradas porque aqui na Câmara funcionava ao contrário, isto é, o empreiteiro chega lá e diz: Posso meter uma factura? E diz: Podes. Então meta-se a factura;*

*Posso meter uma factura? Escusa de meter a factura que não há dinheiro. Aguarda para o ano que vem. É assim.*

*De facto, penso que deve ser feita uma circularização de dívidas, mas essa circularização ... alguma dúvida sobre isso Sr. Professor? Pode fazer o aparte que quiser, que eu permito. Eu gosto tanto de fazer apartes que eu permito que faça o aparte que quiser, se o Sr. Presidente me autorizar."*

**Vogal Britaldo Rodrigues:**

*" Eu tenho de facto uma dívida. É que o que diz, o que se passou com as facturas que não entraram. Isto compreende-se numa conversa entre amigos, numa conversa de café - vamos lá a ter uma conversa nesta Assembleia. Mas o problema mudou de figura. Quando há um documento da Câmara que até foi apresentado à banca em que isso está escrito. Isso é diferente."*

**Vogal Rogério Madaíl:**

*" Eu analiso aqui facturas e vejo facturas desde 29 de Abril, vestuário e artigos pessoais mercantil aveirense."*

**Vogal Raúl Martins:**

*" Sr. Dr. Rogério Madaíl, até há-de encontrar aí uma conta sua que anda na Conta de Gerência há pelo menos uns cinco anos. Verifique, vinte e qualquer coisa contos, que já foi aprovado. Desde que eu ando aqui que a Câmara lhe deve. Verifique, verifique. Pertencamente lhe deve."*

**Vogal Rogério Madaíl:**

*" Mas não me mandaram nenhuma circular para casa a perguntar se eu reclamava o crédito e eu acho que isso devia ter sido feito. Eu penso que o colega me vai dar razão nisso."*

**Vogal Raúl Martins:**

*"É óbvio que isso vai ser feito, porque obviamente o Partido Socialista e nomeadamente a Câmara liderada pelo Sr. Dr. Alberto Souto, tem uma postura perfeitamente diferente e vai imprimir à Câmara uma postura perfeitamente diferente daquela que existiu no passado."*



*É óbvio que tem que ser feita a circularização. Não tenho qualquer dúvida sobre isso, mas é óbvio também que no passado ela nunca foi feita. E não compete agora à Câmara estar a fazer circularizações em Março ou Abril, relativamente a Dezembro do ano passado. Ela devia ter sido feita na altura própria, serão feitas certamente este ano. Obviamente que eu não gostaria nunca que um Executivo Socialista apresentasse esta bagunça de contas que efectivamente existia no passado.*

*Quanto à sua dívida que vem de há muitos anos, certamente foi paga. Está nas mesmas condições que a do Sr. Deputado Salavessa. Aliás, admira-me que o Sr. Deputado Salavessa, só agora que o PS está na Câmara, é que se lembrou de vir com isso. Porque nas outras anteriores sempre existiu. E quando eu alertei para isso, o Sr. Deputado Salavessa estava calado. De facto, nunca no passado se levantou, mas é óbvio que nós sabemos que a CDU ou o PCP tem quanto ao PS um parto em perigo que já vem de há muitos anos e que se reflecte nesta Assembleia. Esperemos que no futuro, isso não aconteça."*

Presidente da Mesa:

*"Isto põe problemas interessantes, saber se este relatório se torna título executivo ou não.*

*Eu vou dar a palavra ao Presidente da Câmara, mas antecipo o seguinte (não estou a fazer nenhuma insinuação, nem sugestão, nem palpite): Se a Câmara admitir retirar o relatório ou as contas para os formular, penso que será desperdício estarmos a continuar a conversa; se se mantiver com os argumentos que entenda, teremos que votar. De uma eventual reprovação, as consequências jurídicas, pois ver-se-ão quais são, nomeadamente pode voltar à Câmara, porventura, para refazer ou segue para o Tribunal de Contas com o chumbo da Assembleia. Não sei exactamente como é, mas será para ser estudado e não tem que haver calculismo."*

Presidente da Câmara:

*" Eu gostava de deixar claro, o seguinte: do meu ponto de vista a haver é uma mera irregularidade, mas penso que nem essa, porque como o Raúl acabou de dizer e penso que de uma forma muito clara, mas que eu queria sublinhar, nós fechámos a conta de gerência de 1997 com exactamente o valor que aparece - oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e setenta e sete mais cento e setenta e um mil seiscentos e trinta e quatro - o primeiro valor referente a dívidas a entidades privadas, o outro a estado e a outros entes públicos, o que totaliza a tal soma de mil e vinte e um. Ou seja, as contas em relação a 1997 estão certas. E até estão mais certas, ou seja, até inclui um célebre empréstimo de setecentos e quarenta e tal mil contos que não figurava num documento anterior apresentado pela anterior Câmara e que agora está cá, porque como foi dito e bem, apesar de tudo este relatório foi feito por nós e nós não podemos omitir isso; não omitimos, está cá. Numa das outras páginas, difíceis de localizar, aparece: ex-fundo de fomento habitação, Caixa Geral de Depósitos, de setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e trinta e sete. Portanto, estão cá os empréstimos todos agora.*

*O que aconteceu foi de facto aquilo que o Raúl Martins disse. Era uma prática instituída junto dos fornecedores e empreiteiros, não apresentarem as facturas, no fim do ano sendo certo que já sabiam que não havia dinheiro e que isso só ia agravar a situação contabilística e financeira da Câmara. E começaram a apresentá-las a partir do momento em que o ano fechou, a partir de Janeiro. Daí que a 10 de Fevereiro, quando tornámos a pedir o saldo devedor, já ia num milhão e quinhentos mil e não parou. Os bancos tomaram conhecimento desta realidade. Eles*

*compreendem perfeitamente isto. Foi o que se passou; é prática habitual. E tomaram conhecimento também de mais, porque a nota financeira que acompanha a apresentação do pedido de revisão e do plano explica que a seguir se detectaram ainda mais um milhão e cem contos de compromissos a curto prazo, o que dá um total de dois milhões e seiscentos contos, o que a crescer aos quatrocentos e trinta mil de compromissos assumidos com terrenos que não chegaram a ser comprados por falta de dinheiro, totaliza a bonita soma de cinco milhões, oitocentos e doze. E portanto, as contas penso que estão certas, se forem explicadas desta forma. Foram de facto, objecto de cosmética, porque se todas as facturas correspondentes a obras e efectuadas em 1997, tivessem sido apresentadas a tempo, os números que apareceriam em 1997 não seriam mil e vinte e um, mas seria mil e vinte e um, mais um milhão e cem, mais quatrocentos. Portanto, a explicação é esta.*

*Agora, quanto a estas situações de eventualmente estarem quantias em dívida ou não a membros desta Assembleia, eu penso que isso pode ser rapidamente esclarecido. Os serviços não se costumam enganar; será que não há um décimo terceiro mês, uma sessão extraordinária? Deve haver aí qualquer coisa. Os serviços não costumam pagar a mais, normalmente pagam sempre a menos. Mas com o meu interesse e a minha promessa de que isso irá ser averiguado; eu penso que as contas estão certas."*

**Vogal Henrique Diz:**

*" Eu peço desculpa, mas eu penso que a explicação que o Sr. Presidente da Câmara deu, não coincide com a explicação do Sr. Deputado Raúl Martins, na medida em que o Raúl diz que as facturas só davam entrada em Janeiro. O milhão de contos que estamos a falar, são de facturas que deram entrada ainda para ser contabilizadas em 1997.*

*Eu estou preocupado é com a regularidade ou a irregularidade que representa o facto de haver um milhão de contos de facturas que não tinham cabimentação possível, na medida em que não havia verba para as cabimentar. É com isso que eu estou preocupado."*

**Vogal Rogério Madaíl:**

*" Eu vinha aqui reafirmar o seguinte: Se efectivamente se reconhece que o montante das facturas que estão por liquidar, portanto, que foram encargos assumidos e não pagos, não é um milhão e vinte e um mil contos, mas é mil e quinhentos e diz o Sr. Presidente, ainda mais. Eu acho que não há como pôr isto certo, para depois podermos aprovar as contas em função da realidade. Isto é uma prática corrente de até que sejam aprovadas está sempre tempo de acertarmos. Previamente, nós sabemos que a dívida não é esta. Então como é que podemos aprovar umas contas, se a dívida não é esta?*

*Segundo, temos que efectivamente que considerar que a Câmara também tem que assumir a responsabilidade nisto, o actual Executivo, embora não tenha sido interveniente directo, mas é o que está apresentar as contas."*

**Vogal Jorge Nascimento:**

*" Sr. Presidente, eu quero só dizer o seguinte: eu não votarei contas nenhuma que não estejam certas, sejam deste Executivo sejam do anterior. É este Executivo que tem de as apresentar e correctas. Se o Executivo assume que as contas estão certas e o diz claramente sem vir para aqui levantar questões de que já era assim no Executivo anterior, mas como prova? Eu ouço isto com a mesma autoridade que eu*

*posso dizer, estava tudo certo. As inexactidões que der conta, que as afirme e que as prove. É isso que se exige. E se V. Ex.a não fizer isso, eu voto contra."*

Vogal Raúl Martins:

*" Só para tentar explicar este problema. Era normal que isso acontecesse e contrariamente ao que diz o Rogério Madaíl, não pode ser rectificado agora. Porque é que não pode ser rectificado? Porque as facturas que entretanto apareceram têm data de 1998. Obviamente não entram na conta de gerência de 1997. De facto, elas são atrasadas, o engenheiro não teve tempo de ir ver a obra, não foi feito o auto de medição, etc., etc., etc.. São esses expedientes que normalmente se usam. Agora, não pode esta Câmara meter essas despesas na conta de gerência de 1997, porque as facturas que aparecem têm obviamente data posterior a 01 de Janeiro de 1998. É essa a explicação. É por isso que no primeiro mês do ano inexplicavelmente aparecem quatrocentos mil contos, quase quinhentos mil contos de facturas no mês de Janeiro."*

Vogal António Salavessa:

*" Sr. Presidente da Câmara, permita-me se não for abuso, dar-lhe um esclarecimento. Para esta Assembleia não há qualquer décimo terceiro mês. Nós recebemos senhas de presença. Uma reunião, uma senha de presença - o ano passado cinco mil e tal, agora seis mil e tal. Em cada dia está assinalado ou reunião de Assembleia, ou reunião de Comissão. Quando tem um risco por cima, está pago. A agenda do ano passado tem todas as bolinhas, estão todas cruzadas. Repito-lhe que a Câmara não me deve um tostão referente ao ano passado. E o que está aí em débito é de Junho do ano passado. Não deve; assim como estou convencido que não deve aos outros elementos. Portanto, não posso ratificar, além dos outros considerandos, não posso votar uma coisa que diz que me deve, quando efectivamente não me deve."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Élio Manuel Delgado da Maia.

Presidente da Câmara:

*"Voltando à dúvida do Dr. Madaíl, aliás o Raúl também já disse um pouco isto, o que se vai passar é o seguinte: nós vamos cabimentar este ano as facturas que recebemos este ano e é a forma de resolvermos a questão. Isso por um lado. Por outro lado, e em resposta aqui ao Dr. Nascimento, nós sabemos que era assim, mas nem precisamos de saber se era essa a prática instituída. O que sabemos é que no nosso ano financeiro nos chegaram determinadas facturas e é com esse dado que temos que jogar. A partir de 01 de Janeiro começaram-nos a chegar facturas. Essas são para nós, para o nosso ano financeiro. Quando o ano financeiro fechou, até lá é o ano anterior.*

*Nós vamos actuar normalmente, o que nos dispensa de lhe provar que a prática habitual dos empreiteiros era retardar a entrega das facturas. Eu ignoro o que está para lá e o que é a prática, o que eu sei é que no dia 01 começam-me a chegar facturas com as quais eu tenho que contar. E portanto, penso que é relativamente simples. Eu continuo a crer que no essencial as contas estão certas, salvo estes ajustamentos que eu gostava de ver rapidamente averiguados, porque de facto há qualquer coisa que não bate certo, não quero tirar a credibilidade à sua agenda, mas temos que verificar isso."*

Presidente da Mesa:

*"Eu vou propor o seguinte: que a votação disto seja remetida para a próxima sessão para poder haver esse esclarecimento. Entretanto, se for agora a votação será num sentido; a próxima sessão poderá porventura ser noutra sentido. Se o deputado Rogério Madaíl mesmo assim quiser intervir."*

Vogal Rogério Madaíl:

*" Em termos fiscais é obrigatório, há o princípio da facturação em função da percentagem da obra acabada. E isto, à corresponsabilização quer de quem factura, quer de quem recebe a factura, portanto, da parte cliente fornecedor. Ora bem, eu tenho alguma dificuldade de ir aprovar umas contas, onde estamos a dar cabimento a uma irregularidade fiscal. Porque se isto não fosse dito aqui, eu não sabia, mas ao estarem a reconhecer que a obra devia ter sido facturada e ela não foi, cabia à entidade que é cliente pedir a sua facturação. Cuidado, que podemos estar aqui a incorrer numa coisa um bocado grave. Da minha parte é esta a minha grande preocupação."*

Presidente da Mesa:

*"Considero encerrado por hoje este debate. Esta é a terceira reunião desta sessão da Assembleia, portanto a última. Para podermos continuar tem que haver uma deliberação no sentido de prolongar até seis reuniões a Sessão ainda pendente da Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 2 do artigo 25º do regimento. A minha proposta é que se prolongue até seis reuniões limite, o decurso desta sessão ordinária da Assembleia Municipal."*

Colocada esta proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Finalmente, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa convocou a próxima reunião da presente Sessão para o dia 05 do mês em curso, pelas 21:00 horas.

E não se registando mais intervenções deu por encerrada a reunião.

Eram 01:30 horas do dia 05 de Maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.